

Coordenação-Geral de Contabilidade



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

3º TRIMESTRE DE 2021

Ministério da Justiça e Segurança Pública



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



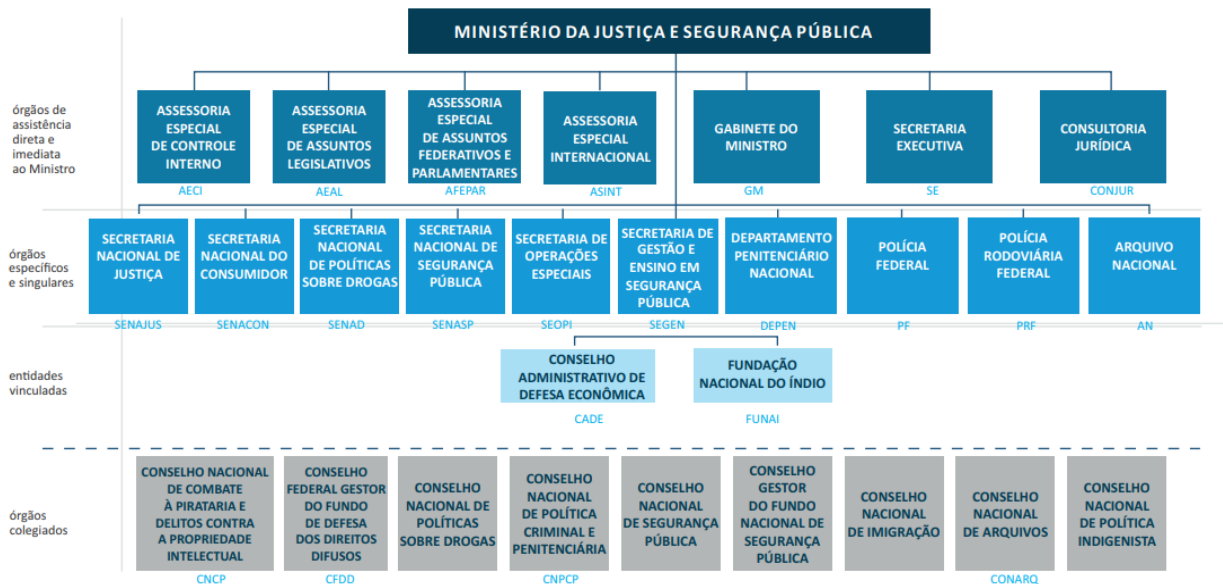
30 de setembro de 2021.

Sumário

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP	3
APRESENTAÇÃO	4
Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	4
Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	7
Balanço Patrimonial.....	7
Demonstrações das Variações Patrimoniais	9
Balanço Orçamentário	11
Balanço Financeiro	13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	15
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	16
NOTAS EXPLICATIVAS	17
Nota 01 – COVID-19.....	17
Nota 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP	18
Nota 03 – Créditos a Longo Prazo – BP	19
Nota 04 – Bens Imóveis – BP.....	20
Nota 05 – Amortização do Intangível - BP.....	23
Nota 06 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - BP	24
Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – BP	25
Nota 08 – Demais Obrigações a Curto Prazo - BP.....	26
Nota 09 – Resultados de Exercícios Anteriores – BP	28
Nota 10 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP	29
Nota 11 – Obrigações Contratuais – BP	36
Nota 12 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos - DVP	38
Nota 13 – Pessoal e Encargos – DVP.....	39
Nota 14 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas – DVP	40
Nota 15 – Demais Receitas Patrimoniais – BO	40
Nota 16 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO	41
Nota 17 – Resultado Orçamentário – BO.....	42
Nota 18 – Pessoal e Encargos Sociais – BO	43
Nota 19 – Transferências Intragovernamentais – BF	44
Nota 20 – Segurança Pública – DFC	45
Nota 21 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC.....	46
Nota 22 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	48

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP é um órgão do Poder Executivo Federal, estruturado pelo [Decreto nº 9.662/2019](#), alterado pelos [Decreto nº 10.365/2020](#) e [Decreto nº 10.379/2020](#). É composto por órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro, órgãos específicos e singulares, entidades vinculadas e órgãos colegiados, cuja estrutura organizacional vigente é a seguinte:



O MJSP, através de seus órgãos específicos e singulares, é responsável pela gestão de seus fundos, instituídos e geridos da seguinte forma:

- Fundo Nacional Antidrogas – Funad: Instituído pela [Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas – Senad;
- Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP: Instituído pela [Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001](#), é gerido pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - Segen;
- Fundo Penitenciário Nacional – Funpen: Instituído pela [Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994](#), é gerido pelo Departamento Penitenciário Nacional – Depen;
- Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD: Instituído pela [Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985](#), é gerido pela Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon.

O Planejamento Estratégico do MJSP 2020-2023 define a sua missão, sua visão e seus valores e foi aprovado pela [Portaria nº 895, de 19 de dezembro de 2019](#).

- Missão: Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito
- Visão: Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.
- Valores: Integridade, ética, interesse público, respeito, legalidade, resultado, capital humano, inovação, transparência e sustentabilidade.

APRESENTAÇÃO

Contexto Operacional

Regulamentada pela [Portaria nº 1.222, de 21 de dezembro de 2017](#), a **Secretaria Executiva - SE**, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro, é responsável, dentre outras atribuições, por supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade, de administração financeira, de custos, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais e de transparência e acesso a informações, no âmbito do MJSP.

No que tange às demonstrações contábeis elencadas neste documento, a Coordenação-Geral de Contabilidade - CGCONTAB, subordinada à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO da SE, é responsável, dentre outras competências, por coordenar a análise das demonstrações contábeis dos fundos, órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, por meio da Divisão de Análise e acompanhamento contábeis - Diaco e da Divisão de Relatórios Contábeis - Direc (instituída pela [Portaria nº 821, de 31 de outubro de 2019](#)).

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCONs) do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª edição e o Manual Siafi, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

As DCONs são extraídas a partir das informações constantes no Siafi, e têm como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs são de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- Balanço Orçamentário (BO)
- Balanço Financeiro (BF)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
- Notas Explicativas (NE)

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única e demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente não são constituídos ajustes

para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração; e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Nesse sentido, os ajustes para perdas em créditos a longo prazo, realizados apenas pelo Cade, representam a perda estimada pelo não recebimento de valores do ativo, por inadimplência de terceiros e outras que tem o cálculo de sua estimativa de valor recuperável na metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6. da Macrofunção STN 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Esses reconhecidos, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens

imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

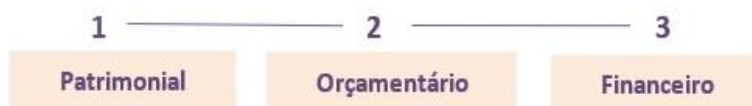
Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, tais como *softwares*, marcas, direitos e patentes industriais. No MJSP são os *softwares*, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:



1. Resultado patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2. Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3. Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balanço Patrimonial

				R\$ milhares	
ATIVO	NE	30/09/2021	31/12/2020		
ATIVO CIRCULANTE		7.417.739	8.122.783		
Caixa e Equivalentes de Caixa	02	5.194.712	6.404.276		
Créditos a Curto Prazo		2.074.986	1.615.613		
Demais Créditos e Valores		2.074.986	1.615.613		
Estoques		148.040	102.894		
VDPs Pagas Antecipadamente		1	-		
ATIVO NÃO CIRCULANTE		251.966.231	228.132.812		
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.740.228	2.301.315		
Créditos a Longo Prazo	03	2.740.228	2.301.315		
Dívida Ativa Não Tributária		2.778.291	2.477.930		
Demais Créditos e Valores		1.037.109	898.558		
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		(1.075.172)	(1.075.172)		
Investimentos		22	22		
Participações Permanentes		0	0		
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		0	0		
Propriedades para Investimento		18	18		
Propriedades para Investimento		18	18		
Demais Investimentos Permanentes		4	4		
Demais Investimentos Permanentes		4	4		
Imobilizado		248.885.880	225.577.031		
Bens Móveis		3.346.808	3.110.840		
Bens Móveis		4.532.509	4.155.244		
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(1.185.701)	(1.044.403)		
Bens Imóveis	04	245.539.073	222.466.191		
Bens Imóveis		245.579.884	222.505.998		
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(40.812)	(39.807)		
Intangível		340.101	254.443		
Softwares		340.084	254.425		
Softwares	05	352.866	265.479		
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(12.783)	(11.054)		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		18	18		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		18	18		
TOTAL DO ATIVO		259.383.971	236.255.595		

PASSIVO	NE	30/09/2021	31/12/2020		
PASSIVO CIRCULANTE		1.396.665	1.182.489		
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	06	926.362	838.536		
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	07	147.457	8.017		
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		1	-		
Obrigações de Repartição a Outros Entes		62.575	-		
Demais Obrigações a Curto Prazo	08	260.269	335.937		
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		42	2.931		
Obrigações Trabalh. Previd. e Assist. a Pagar de Longo Prazo		-	1.265		
Provisões a Longo Prazo		39	39		
Demais Obrigações a Longo Prazo		2	1.626		
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.396.707	1.185.420		

Fonte: Siafi.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		257.987.264	235.070.175
Demais Reservas		2.577	2.205
Resultados Acumulados		257.984.687	235.067.971
Resultado do Exercício		22.905.333	119.912.879
Resultados de Exercícios Anteriores	09	235.067.971	114.999.485
Ajustes de Exercícios Anteriores		11.383	155.606
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		259.383.971	236.255.595

Fonte: Siafi.

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		10			
ATIVO	30/09/2021	31/12/2020	PASSIVO	30/09/2021	31/12/2020
Ativo Financeiro	5.194.840	6.404.397	Passivo Financeiro	6.391.308	4.718.882
Ativo Permanente	254.189.131	229.851.198	Passivo Permanente	496.014	302.698
			Saldo Patrimonial	252.496.648	231.234.015

Fonte: Siafi.

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
ATIVO				
	Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NE	30/09/2021	31/12/2020
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			302.691	269.898
Atos Potenciais Ativos			302.691	269.898
Garantias e Contragarantias Recebidas			244.294	211.552
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres			58.314	58.265
Direitos Contratuais			82	82
TOTAL			302.691	269.898

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
PASSIVO				
	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE	30/09/2021	31/12/2020
Saldo dos Atos Potenciais Passivos			4.987.243	4.905.343
Atos Potenciais Passivos			4.987.243	4.905.343
Garantias e Contragarantias Concedidas			28	28
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos			2.185.998	2.622.909
Obrigações Contratuais		11	2.801.216	2.282.405
TOTAL			4.987.243	4.905.343

Fonte: Siafi.

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(2.757.212)
Recursos Vinculados	1.560.744
Educação	299
Seguridade Social (Exceto Previdência)	34.407
Previdência Social (RPPS)	(145.181)
Dívida Pública	(42.205)
Alienação de Bens e Direitos	32.453
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.680.971
Outros Recursos Vinculados	1
TOTAL	(1.196.468)

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	30/09/2021	30/09/2020
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		402.416	366.332
Taxas		402.416	366.332
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		145.683	50.523
Venda de Mercadorias		2	0
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		145.683	50.522
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		268.554	53.718
Juros e Encargos de Mora		2.889	2.932
Variações Monetárias e Cambiais		86	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		265.579	50.786
Transferências e Delegações Recebidas		43.413.220	34.696.554
Transferências Intragovernamentais		39.535.872	34.429.520
Transferências Intergovernamentais		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		3.877.348	267.034
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	12	107.420.042	1.320.120
Reavaliação de Ativos		104.853.264	715.467
Ganhos com Alienação		53.687	39.323
Ganhos com Incorporação de Ativos		2.403.673	513.020
Ganhos com Desincorporação de Passivos		109.417	52.311
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.534.384	1.117.734
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		(326)	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.534.711	1.117.734
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		153.184.299	37.604.982

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

VARIACÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIACÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	30/09/2021	30/09/2020
Pessoal e Encargos	13	5.838.585	5.725.725
Remuneração a Pessoal		4.522.997	4.468.582
Encargos Patronais		995.230	947.329
Benefícios a Pessoal		276.595	273.461
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		43.764	36.353
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		3.407.242	3.297.580
Aposentadorias e Reformas		2.487.014	2.389.675
Pensões		846.278	833.537
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		73.950	74.368
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.659.189	1.547.770
Uso de Material de Consumo		170.136	296.719
Serviços		1.268.965	1.079.352
Depreciação, Amortização e Exaustão		220.088	171.699
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		136.210	62.133
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		0	
Juros e Encargos de Mora		164	810
Variações Monetárias e Cambiais		3	5
Descontos Financeiros Concedidos		136.043	61.318
Transferências e Delegações Concedidas		35.957.578	25.679.955
Transferências Intragovernamentais		31.588.590	24.376.768
Transferências Intergovernamentais		402.927	888.567
Transferências ao Exterior		14.705	11.953
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	110
Outras Transferências e Delegações Concedidas		3.951.355	402.558
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		83.228.103	1.401.059
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	14	82.357.237	560.261
Perdas com Alienação		2.010	-
Perdas Involuntárias		8.306	5.273
Incorporação de Passivos		25.424	12.632
Desincorporação de Ativos		835.126	822.893
Tributárias		3.387	2.618
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.536	1.894
Contribuições		851	724
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		48.674	61.862
Premiações		16	-
Incentivos		76	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		48.582	61.862
TOTAL DAS VARIACÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		130.278.966	37.778.702
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		22.905.333	(173.720)

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário

Receitas e Despesas Orçamentárias

30/09/2021
R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES		3.613.931	3.613.931	3.580.800	(33.131)
Receitas Tributárias		332.663	332.663	281.691	(50.972)
Taxas		332.663	332.663	281.691	(50.972)
Receitas de Contribuições		479	479	197	(282)
Contribuições Sociais		479	479	197	(282)
Receita Patrimonial		1.603.824	1.603.824	1.676.728	72.905
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		177	177	146	(31)
Valores Mobiliários		38.042	38.042	266.443	228.401
Demais Receitas Patrimoniais	15	1.565.605	1.565.605	1.410.139	(155.465)
Receitas de Serviços		45.754	45.754	145.524	99.771
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		45.754	45.754	145.524	99.771
Outras Receitas Correntes		1.631.212	1.631.212	1.476.660	(154.552)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	16	1.524.160	1.524.160	1.225.770	(298.390)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		693	693	1.120	427
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrim. Público		95.260	95.260	234.286	139.026
Demais Receitas Correntes		11.100	11.100	15.484	4.384
RECEITAS DE CAPITAL		6.531.910	6.531.910	1.419	(6.530.491)
Operações de Crédito		6.502.134	6.502.134	-	(6.502.134)
Operações de Crédito Internas		6.502.134	6.502.134	-	(6.502.134)
Alienação de Bens		-	-	1.419	1.419
Alienação de Bens Móveis		-	-	1.419	1.419
Transferências de Capital		29.776	29.776	-	(29.776)
SUBTOTAL DE RECEITAS		10.145.841	10.145.841	3.582.219	(6.563.622)
DÉFICIT	17	-	-	9.730.285	9.730.285
TOTAL		10.145.841	10.145.841	13.312.504	3.166.663
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO		-	238.825	238.825	-

Fonte: Siafi.

30/09/2021
R\$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		15.427.983	15.362.752	12.450.247	10.015.424	9.311.918	2.912.505
Pessoal e Encargos Sociais	18	11.931.373	11.943.550	9.642.610	8.511.800	7.922.170	2.300.941
Outras Desp. Correntes		3.496.611	3.419.201	2.807.637	1.503.625	1.389.748	611.564
DESPESAS DE CAPITAL		1.644.087	1.934.403	862.257	51.636	45.911	1.072.146
Investimentos		1.641.392	1.931.689	860.001	51.636	45.911	1.071.689
Inversões Financeiras		2.695	2.714	2.256	-	-	458
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		656.137	656.137	-	-	-	656.137
TOTAL		17.728.207	17.953.292	13.312.504	10.067.061	9.357.829	4.640.788

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário

Anexos

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados30/09/2021
R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dez. do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		236.224	701.570	439.152	421.625	65.365	450.804
Pessoal e Encargos Sociais		11.631	19.786	11.718	10.373	5.071	15.972
Outras Despesas Correntes		224.594	681.785	427.435	411.252	60.294	434.833
DESPESAS DE CAPITAL		1.185.261	1.713.132	1.019.250	939.374	67.057	1.891.961
Investimentos		1.183.531	1.713.106	1.019.250	939.374	67.057	1.890.206
Inversões Financeiras		1.730	26	-	-	-	1.756
TOTAL		1.421.485	2.414.702	1.458.403	1.360.999	132.422	2.342.766

Fonte: Siafi.

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados30/09/2021
R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		3.429	777.651	776.867	1.165	3.048
Pessoal e Encargos Sociais		12	723.070	722.626	270	186
Outras Despesas Correntes		3.417	54.581	54.241	895	2.862
DESPESAS DE CAPITAL		51.614	13.043	21.867	146	42.645
Investimentos		51.614	13.043	21.867	146	42.645
TOTAL		55.044	790.695	798.735	1.311	45.692

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro

Ingressos

		R\$ milhares	
INGRESSOS	NE	30/09/2021	30/09/2020
Receitas Orçamentárias		3.582.219	2.906.400
Vinculadas		3.757.818	3.062.628
Seguridade Social (Exceto Previdência)		25.709	40.667
Alienação de Bens e Direitos		2.549	690
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		3.729.560	3.021.270
Recursos a Classificar		-	1
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(175.599)	(156.227)
Transferências Financeiras Recebidas	19	39.530.192	34.429.509
Resultantes da Execução Orçamentária		36.538.048	31.100.442
Cota Recebida		12.040.100	10.732.481
Repasso Recebido		11.634.018	10.104.660
Sub-repasso Recebido		9.891.092	10.250.854
Repasso Devolvido		2.972.602	2.950
Sub-repasso Devolvido		235	9.496
Independentes da Execução Orçamentária		2.992.144	3.329.067
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		2.458.770	3.004.623
Demais Transferências Recebidas		83.407	39.148
Movimentação de Saldos Patrimoniais		448.896	285.296
Movimentações para Incorporação de Saldos		1.071	-
Recebimentos Extraorçamentários		4.013.607	3.733.547
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		709.231	636.534
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		3.245.443	3.044.966
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		54.582	48.657
Outros Recebimentos Extraorçamentários		4.350	3.391
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		2.906	3.343
Restituições a Pagar		1.409	45
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		34	2
Saldo do Exercício Anterior		6.404.276	2.354.988
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.404.276	2.354.988
TOTAL		53.530.293	43.424.444

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro

Dispêndios

		R\$ milhares	
DISPÊNDIOS	NE	30/09/2021	30/09/2020
Despesas Orçamentárias		13.312.504	13.435.261
Ordinárias		7.871.123	4.580.739
Vinculadas		5.441.381	8.854.522
Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.723.092	1.336.306
Previdência Social (RPPS)		1.639.695	1.938.270
Dívida Pública		-	3.172.734
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.078.387	2.407.212
Outros Recursos		207	-
Transferências Financeiras Concedidas	19	31.575.096	24.376.285
Resultantes da Execução Orçamentária		27.486.632	20.418.864
Repasso Concedido		11.647.513	10.151.616
Sub-repasso Concedido		9.891.092	10.250.854
Cota Devolvida		2.975.189	3.948
Repasso Devolvido		2.972.602	2.950
Sub-repasso Devolvido		235	9.496
Independentes da Execução Orçamentária		4.088.464	3.957.421
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		1.756.876	2.109.554
Demais Transferências Concedidas		160.427	23.193
Movimento de Saldos Patrimoniais		2.170.090	1.824.673
Movimentações para Incorporação de Saldos		1.071	-
Pagamentos Extraorçamentários		3.447.982	3.354.973
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		798.735	822.201
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.360.999	1.318.911
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		47.293	38.873
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.240.955	1.174.988
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		1.232.190	1.174.687
Valores Compensados		7	6
Demais Pagamentos		8.759	296
Saldo para o Exercício Seguinte		5.194.712	2.257.925
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.194.712	2.257.925
TOTAL		53.530.293	43.424.444

Fonte: Siafi.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Ingressos e Desembolsos

		R\$ milhares	
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – OFSS	NE	30/09/2021	30/09/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(561.572)	584.562
INGRESSOS		43.167.017	37.384.614
Receita Tributária		281.691	256.433
Receita de Contribuições		197	370
Receita Patrimonial		1.410.285	1.312.308
Receita de Serviços		145.524	50.360
Remuneração das Disponibilidades		266.443	52.271
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.476.660	1.234.661
Transferências Recebidas		-	(1)
Outras Transferências Recebidas		-	(1)
Outros Ingressos Operacionais		39.586.217	34.478.214
Ingressos Extraorçamentários		54.582	48.657
Restituições a Pagar		1.409	45
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		34	2
Transferências Financeiras Recebidas		39.530.192	34.429.509
DESEMBOLSOS		(43.728.589)	(36.800.052)
Pessoal e Demais Despesas		(9.466.231)	(9.361.400)
Administração		(140.017)	(131.317)
Segurança Pública	20	(5.683.044)	(5.586.518)
Assistência Social		(8)	-
Previdência Social		(3.274.399)	(3.260.289)
Educação		(1.370)	(9)
Cultura		(72)	(114)
Direitos da Cidadania		(272.804)	(296.614)
Encargos Especiais		(97.423)	(89.882)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		2.906	3.343
Transferências Concedidas		(1.399.014)	(1.848.506)
Intergovernamentais		(387.553)	(880.977)
A Estados e/ou Distrito Federal		(367.296)	(862.143)
A Municípios		(20.258)	(18.835)
Intragovernamentais		(984.588)	(949.317)
Outras Transferências Concedidas		(26.873)	(18.211)
Outros Desembolsos Operacionais		(32.863.344)	(25.590.146)
Dispêndios Extraorçamentários		(47.293)	(38.873)
Transferências Financeiras Concedidas		(31.575.096)	(24.376.285)
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		(1.232.190)	(1.174.687)
Valores Compensados		(6)	(6)
Demais pagamentos		(8.759)	(296)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(647.992)	(681.625)
INGRESSOS		1.419	-
Alienação de Bens		1.419	-
DESEMBOLSOS		(649.411)	(681.625)
Aquisição de Ativo Não Circulante	21	(574.302)	(645.513)
Outros Desembolsos de Investimentos		(75.109)	(36.112)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.209.564)	(97.063)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		6.404.276	2.354.988
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		5.194.712	2.257.925

Fonte: Siafi.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020		-	-	-	-	2.501	114.999.485	-	-	115.001.987
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	159.286	-	-	159.286
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	(296)	(3.680)	-	-	(3.977)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	119.912.879	-	-	119.912.879
Saldo Final do Exercício 2020		-	-	-	-	2.205	235.067.971	-	-	235.070.175

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021		-	-	-	-	2.205	235.067.971	-	-	235.070.175
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	10.820	-	-	10.820
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	372	564	-	-	936
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	22.905.333	-	-	22.905.333
Saldo Final do Exercício 2021	22	-	-	-	-	2.577	257.984.687	-	-	257.987.264

Fonte: Siafi.

NOTAS EXPLICATIVAS

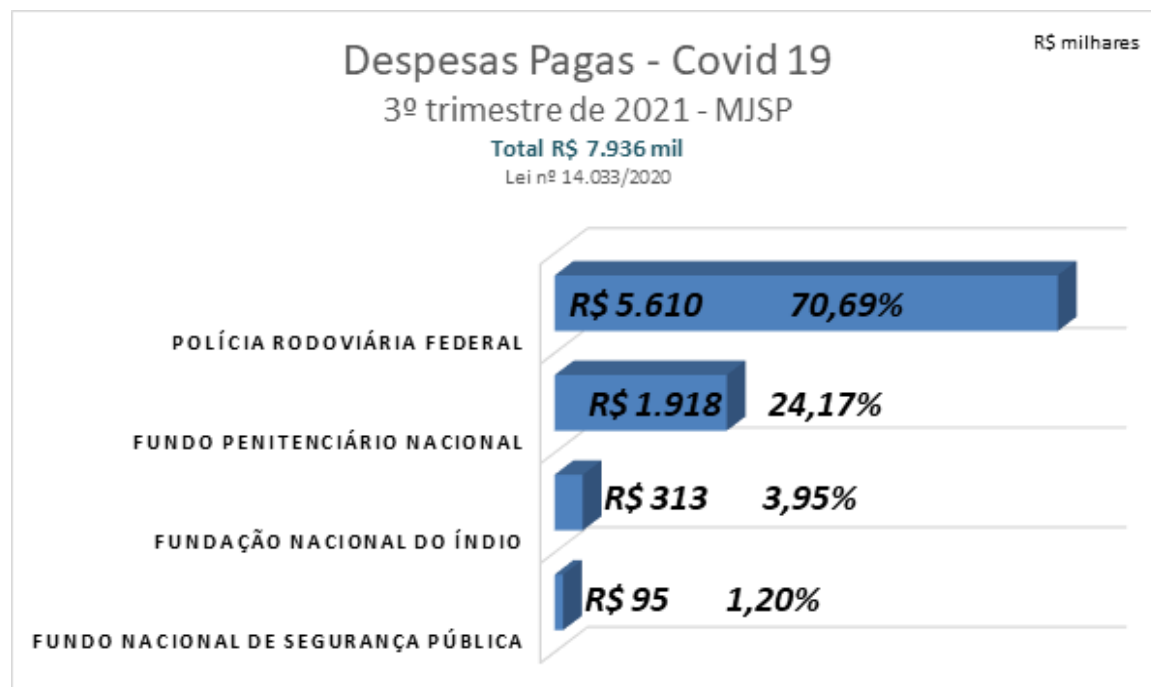
Nota 01 – COVID-19

No exercício de 2020, em decorrência da pandemia Covid-19, o MJSP geriu a aplicação dos recursos extraordinários sob responsabilidade da pasta, oriundos da MPV nº 942, de 2 de abril de 2020, convertida na Lei nº 14.033, de 04 de agosto de 2020 e da MPV nº 965, de 13 de maio de 2020, cujos recursos foram bloqueados por não ter sido convertida em lei. Em 09 de junho de 2021, para atender demandas da pandemia no que tange à proteção dos povos indígenas, foi realizada a abertura de crédito extraordinário por intermédio da MPV nº 1054, de 08 de junho de 2021, no valor de R\$ 41.049 mil, convertida na Lei nº 14.225, de 19 de outubro de 2021. Em razão da publicação após o encerramento do trimestre corrente não foram consideradas nas presentes DCONs.

No encerramento do 3º trimestre de 2021, o total dos valores pagos somaram R\$ 7.936 mil, o que representa 3,97% do total do valor autorizado pela Lei nº 14.033/2020, em R\$ 199.825 mil.

A PRF (Polícia Rodoviária Federal) representou 70,69% (R\$ 5.610 mil) total pago em 2021, como apresentado abaixo.

Figura 01 - Gastos com Covid-19 – por Órgão



Fonte: Siafi/Tesouro Gerencial

Destaca-se, no quadro a seguir, que 69,56% (R\$ 5.520 mil) do total gasto em 2021, foi decorrente de Indenizações, representado em sua totalidade pela PRF, caracterizadas pelo trabalho policial durante parte do período de repouso, com o fim de participar de ações relevantes, complexas ou emergenciais que exijam significativa mobilização, previsto na Lei nº 13.712, de 24 de agosto de 2018.

Tabela 01 – Covid-19 - total gasto por natureza de despesa

Natureza da despesa	R\$ milhares	
	30/09/2021	AV(%)
Indenizações	5.520	69,56
Material de Limpeza e Produtos de Higienização	1.891	23,83
Demais gastos	525	6,62
Total gasto 2021 – Lei 14.033/2020	7.936	100,00

Fonte: Siafi / Tesouro Gerencial

Nota 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

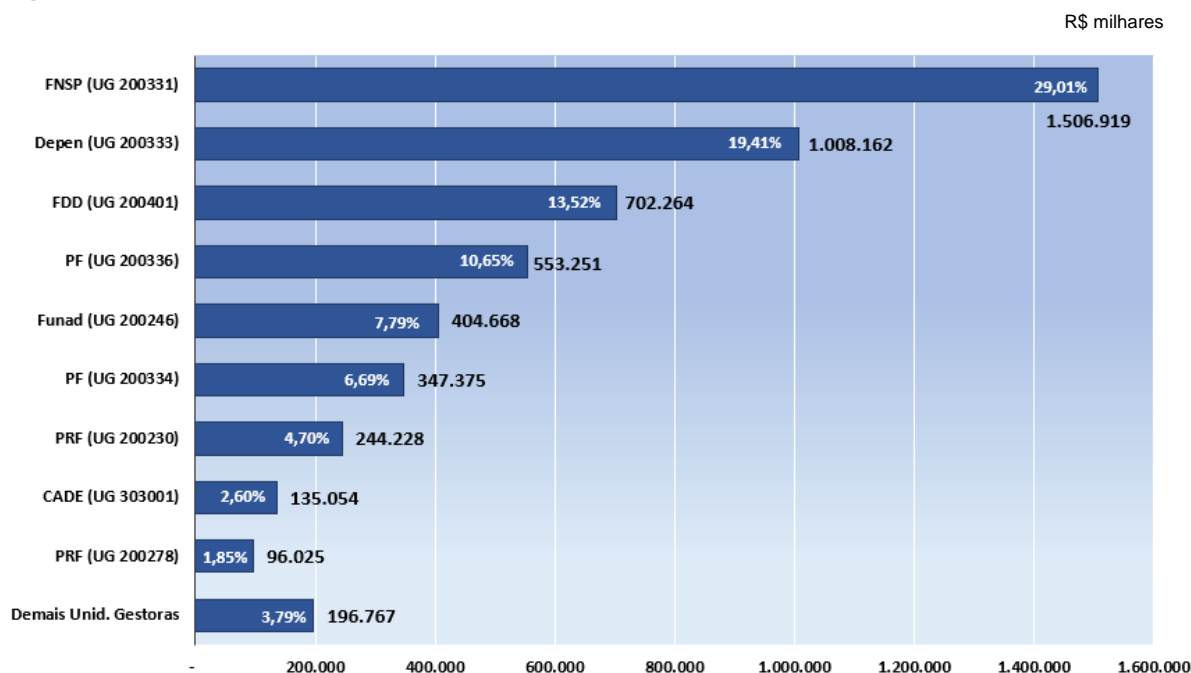
No final do 3º trimestre de 2021, R\$ 4.997.945 mil (96,21%) do total dos recursos disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa" apresentaram-se distribuídos entre as seguintes oito (8) unidades gestoras executoras mais representativas:

- a) R\$ 1.506.919 mil (29,01%) na UG 200331 do FNSP;
- b) R\$ 1.008.162 mil (19,41%) na UG 200333 do Depen;
- c) R\$ 702.264 mil (13,52%) na UG 200401 do FDD;
- d) R\$ 553.251 mil (10,65%) na UG 200336 da PF;
- e) R\$ 404.668 mil (7,79%) na UG 200246 da Funad;
- f) R\$ 347.375 mil (6,69%) na UG 200334 da PF;
- g) R\$ 244.228 mil (4,70%) na UG 200230 da PRF;
- h) R\$ 135.054 mil (2,60%) na UG 303001 do Cade;

As demais unidades que apresentaram saldo no fechamento do 3º trimestre, as quais totalizaram 124 unidades distintas, totalizaram R\$ 196.767 mil (3,79%) do total dos recursos disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa".

Cabe ressaltar que a representatividade de 19,41% do Depen deve-se à existência do Funpen - Fundo Penitenciário Nacional, regulamentado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994.

Figura 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – total de recursos disponíveis



Fonte: Siafi

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

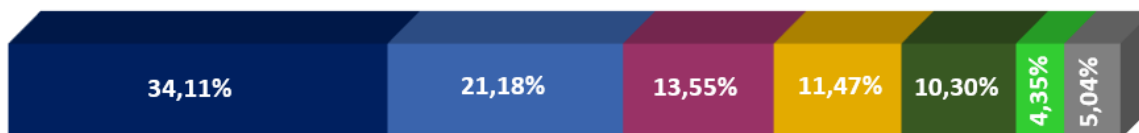
Em setembro de 2021, 94,96% (R\$ 4.933.021 mil) dos recursos financeiros disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa" apresentaram-se distribuídos nas seguintes fontes:

- a) 34,11% (R\$ 1.771.712 mil) em receitas de concursos prognósticos;
- b) 21,18% (R\$ 1.100.195 mil) em taxas/multas aplicadas pelo poder de polícia e multas provocadas por processos judiciais;
- c) 13,55% (R\$ 703.938 mil) em recursos próprios primários de livre aplicação;
- d) 11,47% (R\$ 596.087 mil) em recursos próprios financeiros;
- e) 10,30% (R\$ 535.131 mil) em recursos primários de livre aplicação; e
- f) 4,35% em alienação de bens apreendidos.

As fontes de recursos menos representativas corresponderam a 5,04% (R\$ 261.691 mil) do total das fontes de recursos financeiros, distribuídas entre outros 16 tipos distintos.

Figura 03 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte**Legenda:**

- Receitas de Concursos de Prognósticos
- Rec. Próprios Primários de Livre Aplicação
- Recursos Primários de Livre Aplicação
- Demais Fontes de Recursos (16 fontes distintas)
- Taxas/ Multas p/ Poder de Polícia e Multas Prov. Proc. Judiciais
- Recursos Próprios Financeiros
- Alienação de Bens Apreendidos



Fonte: Siafi

Caixa e Equivalentes de Caixa – Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Na análise de Caixas e Equivalentes demonstrados nas DFC, ressalta-se a seguir os principais impactos nos ingressos e saídas. Cumpre esclarecer que o conceito de caixa engloba todas as disponibilidades existentes nas contas; sendo elas, de modo geral, caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Na União, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a "Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa" é igual ao "Resultado Financeiro". No segundo trimestre de 2021, o resultado apurado do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi negativo de R\$ 1.209.564 mil, sendo 46,43% (R\$ -561.572 mil) impactado pelas atividades operacionais e 53,57% (R\$ -647.992 mil) devido às atividades de investimento.

Com relação aos fluxos de caixa das atividades operacionais, destacam-se as transferências financeiras recebidas que, conforme pode-se observar nas DFC, em setembro de 2021, representaram 91,57% (R\$ 39.530.192 mil) do total dos ingressos. Com relação aos dispêndios, as transferências financeiras concedidas representaram 72,21% (R\$ -31.575.096 mil) e os desembolsos com pessoal e demais despesas da segurança pública, detalhados na nota explicativa de número 20, representaram 13,00% (R\$ -5.683.044 mil).

Destaca-se ainda, com referência ao fluxo de caixa das atividades de investimento, que 88,43% (R\$ -574.302 mil) do saldo apresentado referem-se às aquisições de ativos não circulantes, os quais constam detalhados na nota explicativa de número 21.

Portanto, com relação ao resultado financeiro negativo de R\$ 1.209.564 mil no terceiro trimestre de 2021 do MJSP, quanto ao fluxo de caixa das atividades operacionais, os ingressos e dispêndios supracitados representaram os impactos mais relevantes; assim como as aquisições de ativos não circulantes, com relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento.

Tabela 02 – Fluxos de Caixa – operações e investimento

Descrição	R\$ milhares				
	30/09/2021	30/09/2020	2021-2020	AV%	AH%
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(561.572)	584.562	(1.146.134)	46,43	(196,07)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(647.992)	(681.625)	33.633	53,57	(4,93)
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.209.564)	(97.063)	(1.112.502)	100,00	1.146,17

Fonte: Siafi.

Nota 03 – Créditos a Longo Prazo – BP

Os "Créditos a Longo Prazo", consolidados no Balanço Patrimonial, no terceiro trimestre de 2021, corresponderam a 100% ativo realizável a longo prazo, apesar de representarem 1,06% (R\$ 2.740.228 mil) do total do ativo.

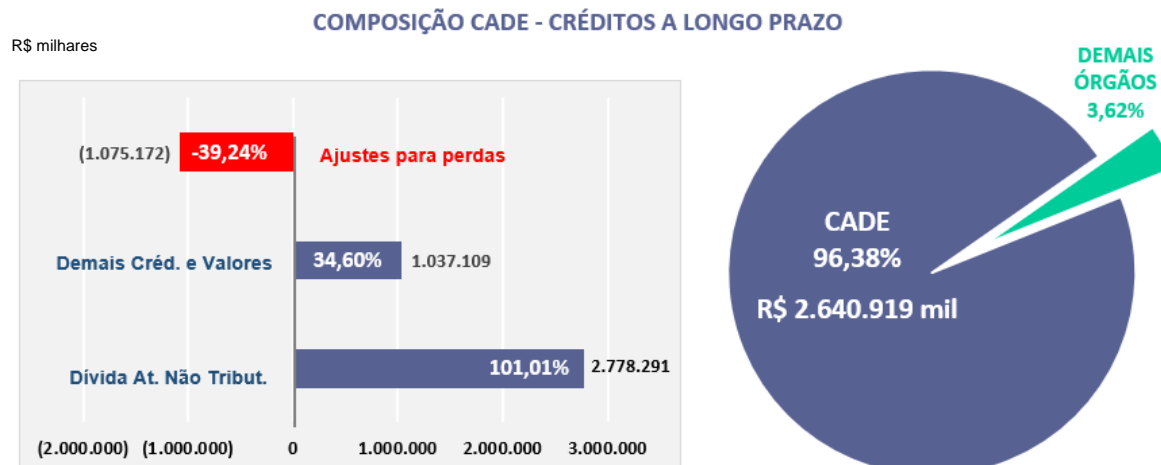
Com relação ao montante total do referido grupo de contas, destaca-se os registros efetuados no Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, dos quais: 101,01% (R\$ 2.767.910 mil) foram decorrentes de dívida ativa não tributária; 34,60% (R\$ 948.181 mil) foram relativos a créditos a receber a longo prazo em virtude de infrações aplicadas; e, -39,24% (R\$ -1.075.172 mil) corresponderam a ajustes para perdas em créditos a longo prazo.

Tabela 03 – Créditos a Longo Prazo – composição por órgão

Grupos de Contas de Créditos a Longo Prazo	R\$ milhares			
	30/09/2021	31/12/2020	AV %	AH%
Dívida Ativa Não Tributária	2.778.291	2.477.930	101,39	12,12
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2.767.910	2.467.547	101,01	12,17
Fundação Nacional do Índio	10.380	10.382	0,38	(0,02)
Demais Créditos e Valores	1.037.109	898.558	37,85	15,42
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	948.181	847.192	34,60	11,92
Ministério da Justiça e Segurança Pública	45.578	14.851	1,66	206,91
Fundo Nacional de Segurança Pública	35.626	28.896	1,30	23,29
Fundação Nacional do Índio	5.201	5.098	0,19	2,02
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	1.507	1.507	0,06	0,00
Fundo Penitenciário Nacional	948	948	0,03	0,00
Polícia Rodoviária Federal	66	66	0,00	0,00
Polícia Federal	1	0	0,00	-
Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	(1.075.172)	(1.075.172)	-39,24	0,00
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(1.075.172)	(1.075.172)	-39,24	0,00
Total de Créditos a Longo Prazo	2.740.228	2.301.315	100,00	19,07

Fonte: Siafi.

Figura 04 – Créditos a Longo Prazo – composição CADE



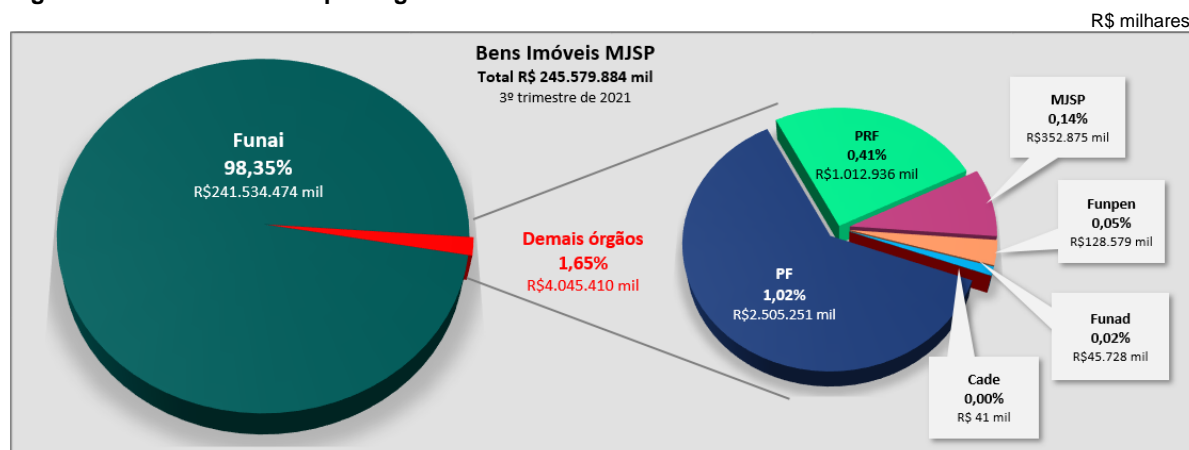
Fonte: Siafi.

Nota 04 – Bens Imóveis – BP

Os bens imóveis do MJSP totalizaram R\$ 245,6 bilhões no 3º trimestre de 2021, representando 94,68% do total do Ativo. O saldo líquido contábil dos bens imóveis, aplicada a depreciação (a redução do valor de um bem pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência) e amortização (decorrente de benfeitorias em imóvel de terceiros cuja utilização se dá por prazo legal ou contratualmente limitado) acumuladas de 0,02%, foi de R\$ 245,5 bilhões.

Nesse contexto, destaca-se a Funai pela alta representatividade entre todos os órgãos vinculados ao MJSP, com R\$ 241,5 bilhões (98,35%), conforme “Figura 05”.

Figura 05 – Bens Imóveis – por órgão



Fonte: Siafi.

De acordo com a “Tabela 04”, os bens de uso especial, destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, corresponderam a 99,77% do total dos bens imóveis, perfazendo o montante de R\$ 245 bilhões em 30/09/2021.

Ressalta-se, ainda, que houve a contabilização em dezembro de 2020, na unidade gestora 194151 da Funai, do valor de R\$113,9 bilhões, 46,52% do total do saldo dos bens de uso especial, referente à reavaliação de imóveis (terrenos e glebas) caracterizados como terras indígenas e benfeitorias nelas existentes, em atendimento à solicitação de auditoria da Controladoria Geral da União que está em curso. O valor da reavaliação refere-se às várias unidades vinculadas à Funai e, no decorrer do presente exercício, deverão ser efetuados os devidos registros no SPIUnet com os ajustes contábeis necessários.

Tabela 04 – Composição dos Bens Imóveis – por conta contábil

Descrição	30/09/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Bens de Uso Especial	245.015.147	221.988.381	99,77	10,37
Bens Imóveis em Andamento	503.870	457.279	0,21	10,19
Instalações	36.955	32.345	0,02	14,25
Bens Dominicais	12.141	10.280	0,00	18,11
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	11.203	17.145	0,00	(34,66)
Demais Bens Imóveis	568	568	0,00	(0,01)
Subtotal	245.579.884	222.505.998	100,00	10,37
Depreciação / Amortização Acumulada	(40.812)	(39.807)	(0,02)	2,52
Total líquido	245.539.073	222.466.191	99,98	10,37

Destaca-se, como demonstrado na “Tabela 05”, a conta contábil Fazendas, Parques e Reservas e a conta Terrenos e Glebas da Funai, representando 98,52% do total dos bens de uso especial do MJSP. Na análise horizontal, o aumento de 23,11% (R\$ 23.763.378 mil) foi representado prioritariamente pelos lançamentos contábeis de reavaliação de imóveis de uso especial no SPIUnet, realizados pelas UGs 194067 - Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso e 194028 - Coordenação Regional de Cuiabá, que somaram 75,75% (R\$ 18.000.029 mil).

Tabela 05 - Bens de Uso Especial – por tipo

R\$ milhares

Descrição	30/09/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	126.580.710	102.817.331	51,66	23,11
Fundação Nacional do Índio	126.558.184	102.794.806	51,65	23,12
Fundo Nacional Antidrogas	22.526	22.526	0,01	0,00
Terrenos e Glebas	114.801.520	114.856.073	46,85	(0,05)

Fundação Nacional do Índio	114.103.826	114.063.223	46,57	0,04
Polícia Federal	454.312	553.771	0,19	(17,96)
Polícia Rodoviária Federal	222.217	221.756	0,09	0,21
Fundo Penitenciário Nacional	10.894	10.894	0,00	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	9.593	5.751	0,00	66,80
Ministério da Justiça e Segurança Pública	677	677	0,00	0,00
Edifícios	2.039.090	3.172.539	0,83	(35,73)
Polícia Federal	1.313.790	1.308.947	0,54	0,37
Ministério da Justiça e Segurança Pública	339.207	353.597	0,14	(4,07)
Fundação Nacional do Índio	227.683	1.351.913	0,09	(83,16)
Polícia Rodoviária Federal	158.074	157.746	0,06	0,21
Fundo Penitenciário Nacional	336	336	0,00	0,00
Complexos, Fábricas e Usinas	129.716	129.716	0,05	0,00
Polícia Federal	119.128	119.128	0,05	0,00
Polícia Rodoviária Federal	10.588	10.588	0,00	0,00
Imóveis Residenciais e Comerciais	51.028	47.163	0,02	8,19
Polícia Federal	19.204	19.204	0,01	0,00
Polícia Rodoviária Federal	15.837	15.622	0,01	1,38
Fundo Nacional Antidrogas	12.282	9.051	0,01	35,71
Fundação Nacional do Índio	3.705	3.287	0,00	12,72
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.413.084	965.558	0,58	46,35
Fundação Nacional do Índio	623.786	240.936	0,25	158,90
Polícia Federal	419.382	380.885	0,17	10,11
Polícia Rodoviária Federal	306.627	280.701	0,13	9,24
Fundo Penitenciário Nacional	61.961	61.961	0,03	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	1.327	1.075	0,00	23,44
Total dos bens de uso especial	245.015.147	221.988.381	100,00	10,37

Fonte: Siafi.

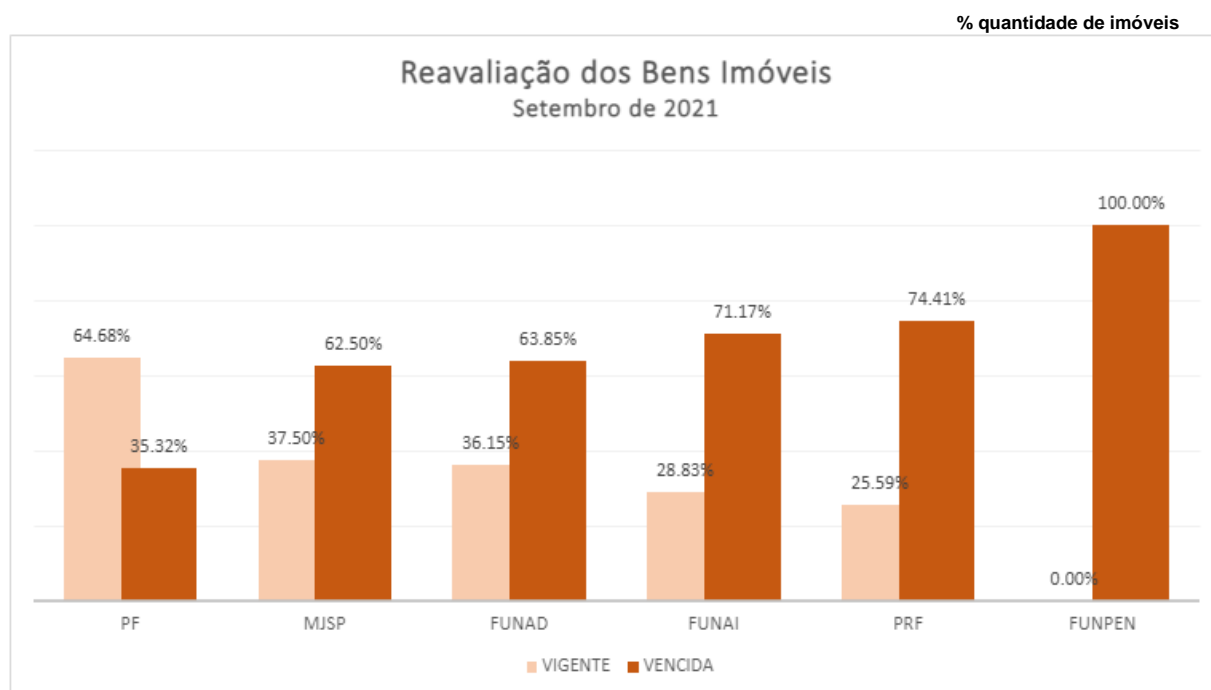
A “Figura 06” a seguir evidencia o percentual, por órgão, da quantidade dos bens imóveis com prazos de reavaliação vigentes e os vencidos registrados no SPIUnet. Foram consideradas as informações atualizadas no período de agosto a outubro de 2021.

Os imóveis registrados na Funad são provenientes de apreensão ou de perdimento em favor da União. Para proceder à correta evidenciação nas contas contábeis, a unidade está em contato com os gestores da SPU, a fim de identificar melhor fluxo de informações entre as entidades e permitir a adequada compatibilização entre SPIUnet/SIAFI e GFUNAD, sistema de controle analítico de bens apreendidos, em uso pela Senad.

Adicionalmente, está em fase de estudo e apreciação uma proposta, elaborada pela STN, de contabilização dos atos e fatos administrativos inerentes à gestão desses imóveis.

A Funai, apesar de ter apresentado a necessidade de reavaliação de 71,17% dos seus imóveis, possui saldo contábil de R\$113,9 bilhões referente à reavaliação de terrenos e glebas ainda não registrados no SPIUnet, pendente de regularização.

Figura 06 – Reavaliação dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet



Fonte: SPIUnet.

Nota 05 – Amortização do Intangível - BP

No terceiro trimestre de 2021, foram identificados registros de “Softwares” nos órgãos vinculados ao MJSP, conforme apresentado na “Tabela 06”. No entanto, apenas a Polícia Federal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica apresentaram registros de amortizações para esses ativos intangíveis, apesar da necessidade de reaverem a integridade dos referidos montantes.

Destaca-se que a Portaria ME nº 232, de 02 de junho de 2020, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo Federal, para o gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos; o qual apresenta, entre outras soluções, a automatização dos registros de amortizações.

Para a implantação de tal sistema, portanto, tais órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública se manifestaram, mediante processo formal interno; sendo que, a maioria deles, apresentou um cronograma de implantação, iniciado em 2020; com exceção da Polícia Federal - PF e da Polícia Rodoviária Federal - PRF que, devido às especificidades envolvendo as rotinas de controle dos bens afetos às atividades policiais, apresentam ressalvas quanto à utilização do referido sistema.

Ante o exposto, não foram identificadas evidências contábeis de que o SIADS esteja operando regularmente com relação às amortizações, no entanto, há previsões a curto prazo para a efetiva funcionalidade do sistema e consequentes ajustes dos registros contábeis de amortizações.

Tabela 06 – Amortização de Ativos Intangíveis - Softwares

R\$ milhares

Nome da Conta	Nome do Órgão	30/09/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Softwares com vida útil definida	Polícia Federal	64.591	12.597	18,99	412,73
	Ministério da Justiça e Segurança Pública	61.109	54.248	17,97	12,65
	Conselho Administ. de Defesa Econômica	8.819	8.587	2,59	2,70
	Fundação Nacional do Índio	6.281	6.281	1,85	0,00
	Polícia Rodoviária Federal	1.640	19	0,48	8.626,05

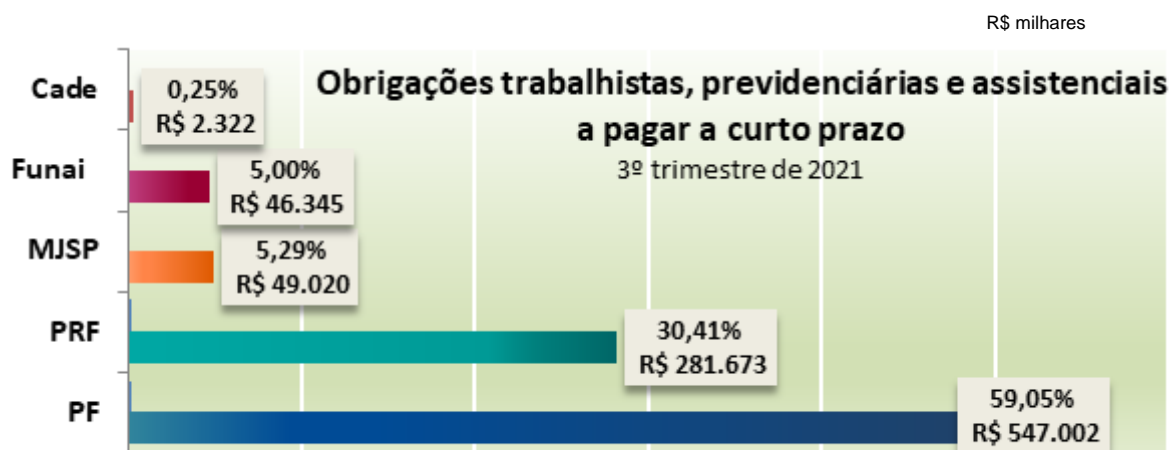
	Fundo Penitenciário Nacional	1.510	1.510	0,44	0,00	
	Fundo Nacional de Segurança Pública	710	710	0,21	0,00	
	Total - Softwares com vida útil definida	144.659	83.952	42,54	72,31	
Softwares com vida útil indefinida	Polícia Federal	137.656	118.452	40,48	16,21	
	Ministério da Justiça e Segurança Pública	24.316	24.310	7,15	0,03	
	Polícia Rodoviária Federal	21.528	21.469	6,33	0,27	
	Fundo Nacional de Segurança Pública	5.979	5.979	1,76	0,00	
	Conselho Administ. de Defesa Econômica	4.320	3.972	1,27	8,76	
	Fundação Nacional do Índio	904	904	0,27	0,00	
	Total - Softwares com vida útil indefinida	194.704	175.087	57,25	11,20	
	Softwares em fase de desenvolvimento	Polícia Federal	13.503	6.440	3,97	109,67
		Total - Softwares em fase de desenvolvimento	13.503	6.440	3,97	109,67
Amortização Acumulada - Softwares com vida útil definida	Polícia Federal	(11.595,11)	(9.993,57)	(3,41)	16,03	
	Conselho Administ. de Defesa Econômica	(1.187,40)	(1.060,05)	(0,35)	12,01	
	Total - Amortização Acumulada	(12.782,50)	(11.053,62)	(3,76)	15,64	
Total de Softwares		340.084	254.425	100,00	33,67	

Fonte: Siafi.

Nota 06 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - BP

No 3º trimestre de 2021, restaram contabilizados R\$ 926.362 mil para despesas com pessoal, que representaram 66,32% do total do Passivo Exigível. Desse montante, 66,54% (R\$ 616.405 mil) foram referentes a salários, remunerações, benefícios e férias a pagar da PF e PRF; correspondendo, respectivamente, a 44,46% (R\$ 411.823 mil) e 22,08% (R\$ 204.582 mil); sendo, portanto, os órgãos mais representativos com relação às obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar do MJSP, também demonstrado na “Figura 07”.

Figura 07 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão



Fonte: Siafi.

A variação positiva de 10,47% (R\$ 87.826 mil) em relação ao saldo no encerramento de 2020, demonstrada na “Tabela 07” foi impulsionada, principalmente, pelos saldos constantes da PF e da PRF na conta contábil Décimo Terceiro Salário a Pagar, como detalhado na “Tabela 08”.

Tabela 07 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão

Descrição	R\$ milhares			
	30/09/2021	31/12/2020	AV%	AH%
Polícia Federal	547.002	449.806	59,05	21,61
Polícia Rodoviária Federal	281.673	249.969	30,41	12,68
Ministério da Justiça e Segurança Pública	49.020	56.287	5,29	(12,91)
Fundação Nacional do Índio	46.345	80.297	5,00	(42,28)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2.322	2.176	0,25	6,73
Fundo Nacional de Segurança Pública	-	1	-	-
Total	926.362	838.536	100,00	10,47

Fonte: Siafi

Tabela 08 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por tipo

Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - POR TIPO	R\$ milhares			
	30/09/2021	31/12/2020	AV%	AH%
Salários, Remunerações e Benefícios	513.117	652.695	55,39	(21,38)
Décimo Terceiro Salário a Pagar	234.468	28.651	25,31	718,35
Férias a Pagar	155.419	102.033	16,78	52,32
Precatórios de Pessoal	16.232	46.543	1,75	(65,12)
Benefícios Assistenciais a Pagar	3.027	864	0,33	250,43
Benefícios Previdenciários	2.533	5.730	0,27	(55,80)
Contribuição a Entidades de Previd. Privada e Complementar	1.565	1.667	0,17	(6,12)
INSS - Contrib. s/ Serviço de Terc.- Inter Estado	1	-	0,00	-
INSS - Contrib. s/ Serviços de Terceiros - Intra	-	1	-	(100,00)
INSS - Contrib. s/ Salários e Remunerações - Intra	-	270	-	(100,00)
Precatórios de Benefícios Previdenciários	-	81	-	(100,00)
Total Geral	926.362	838.536	100,00	10,47

Fonte: Siafi.

Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – BP

Em 30 de setembro de 2021, o MJSP apresentou um saldo de R\$ 147.457 mil, relacionados com fornecedores e contas a pagar a curto prazo. Esse montante representou 10,56% do passivo exigível e um aumento de 1.739,42% (R\$ 139.441 mil) na análise horizontal em relação a dezembro de 2020, como demonstrado na “Tabela 09”.

Tabela 09 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – por órgão

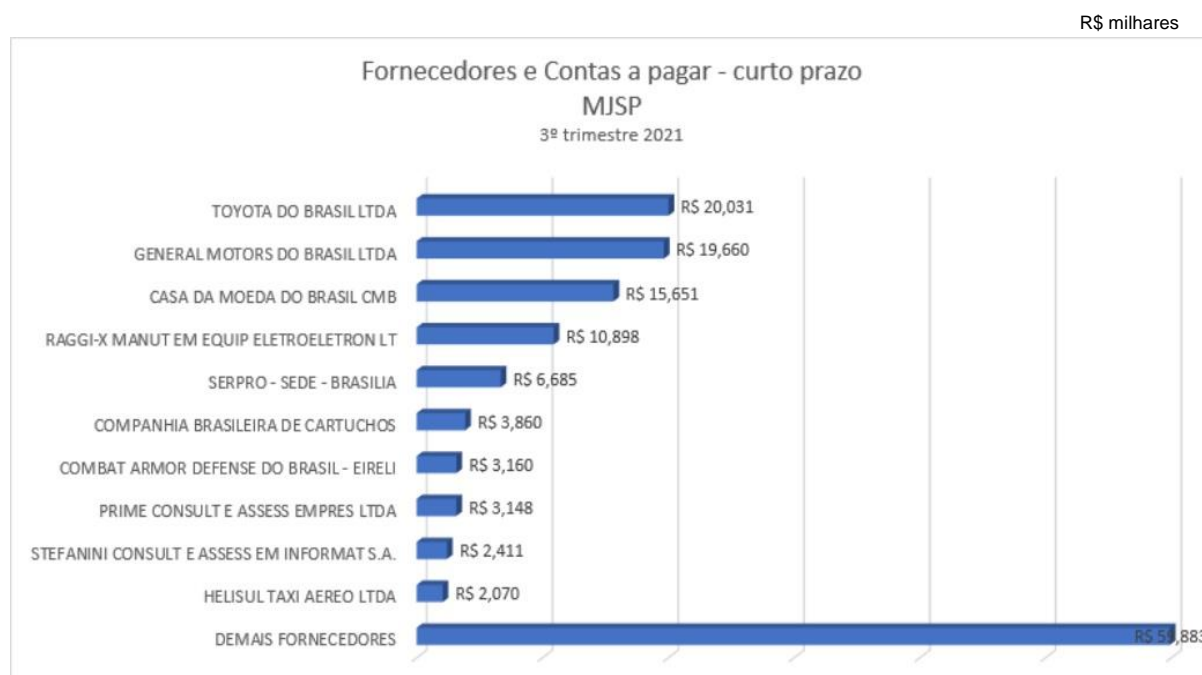
Descrição	R\$ milhares			
	30/09/2021	31/12/2020	AV%	AH%
Polícia Federal	102.554	1.806	69,55	5.579,08
Polícia Rodoviária Federal	36.935	3.356	25,05	1.000,43
Fundo Nacional de Segurança Pública	5.505	-	3,73	-

Fundação Nacional do Índio	1.565	1.784	1,06	(12,32)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	483	628	0,33	(23,15)
Fundo Penitenciário Nacional	314	261	0,21	20,57
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	103	181	0,07	(43,29)
Total	147.457	8.017	100,00	1.739,42

Fonte: Siafi.

Na “Figura 08”, estão relacionados os 10 (dez) fornecedores mais representativos, totalizando 59,39% (R\$ 87.574 mil) da rubrica fornecedores e contas a pagar a curto prazo. Nesse contexto, a PF representou 72,82% (R\$ 63.770 mil) da totalidade dos saldos dos dez maiores fornecedores.

Figura 08 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – por fornecedor



Fonte: Siafi.

Nota 08 – Demais Obrigações a Curto Prazo - BP

As "Demais Obrigações a Curto Prazo" registradas no Balanço Patrimonial representaram, no 3º trimestre de 2021, 18,63% (R\$ 260.269 mil) do total do Passivo Exigível e consolidam, pelos valores mais representativos, as consignações, as transferências financeiras a comprovar relacionadas a Termos de Execução Descentralizada – TED, os depósitos não judiciais, dentre outros.

Figura 09 – Demais Obrigações a Curto Prazo – por conta contábil



Fonte: Siafi.

A conta contábil Consignações representou o maior impacto na rubrica, 44,04% (R\$ 114.625 mil), conforme “Figura 09”. Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações, geralmente retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços.

Também representativo, o saldo das Transferências Financeiras a Comprovar – TED somou 30,85% (R\$ 80.293 mil). Trata-se de termos de execução descentralizada formalizados entre entidades integrantes da administração pública federal, envolvendo descentralização de crédito, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho. O saldo passivo em “Demais Obrigações a Curto Prazo” ocorre quando a obrigação de prestar contas, quanto à aplicação de recursos, está pendente.

Na “Tabela 10”, destaca-se a PRF que representou 47,67% (R\$ 124.068 mil) do total da rubrica. Desse valor, 56,28% (R\$ 69.829 mil) são representados pelas transferências financeiras a comprovar – TED e pelos depósitos de veículos alienáveis, respectivamente, 29,06% (R\$ 36.059 mil) e 27,22% (R\$ 33.770 mil).

A redução ocorrida na análise horizontal no Fundo Nacional de Segurança Pública, se deveu, principalmente, à aprovação da prestação de contas final do acordo de mútua cooperação firmado entre o Depen (Departamento Penitenciário Nacional) e o FNSP (Fundo Nacional de Segurança Pública).

Tabela 10 – Demais Obrigações a Curto Prazo – por órgão

Órgão	R\$ milhares			
	30/09/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Polícia Rodoviária Federal	124.068	106.428	47,67	16,57
Polícia Federal	62.546	57.101	24,03	9,54
Fundação Nacional do Índio	33.470	33.715	12,86	(0,73)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	16.555	18.080	6,36	(8,44)
Fundo Nacional de Segurança Pública	12.494	63.587	4,80	(80,35)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	9.148	7.458	3,51	22,66
Fundo Penitenciário Nacional	1.671	49.567	0,64	(96,63)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	268	-	0,10	-
Fundo Nacional Antidrogas	50	1	0,02	3.341,78
Total Geral	260.269	335.937	100,00	(22,52)

Fonte: Siafi.

Nota 09 – Resultados de Exercícios Anteriores – BP

O "Resultado de Exercícios Anteriores", registrado no terceiro trimestre de 2021, representou 90,63% (R\$ 235.067.971 mil) do total do passivo e patrimônio líquido, conforme observado na análise vertical do Balanço Patrimonial. Somente a Funai representou 92,99% (R\$ 218.584.458 mil) da referida rubrica, conforme apresentado na "Tabela 11".

Tabela 11 – Superávits ou Déficits Acumulados – composição por órgão

R\$ milhares

<i>Resultado de Exercícios Anteriores</i>	30/09/2021	31/12/2020	AV %	AH%
Superávits de Exercícios Anteriores				
Fundação Nacional do Índio	218.584.458	102.654.190	92,99	112,93
Departamento de Polícia Federal	3.901.545	3.402.820	1,66	14,66
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	3.764.134	70.786	1,60	5.217,59
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.262.670	4.184.686	1,39	(22,03)
Departamento e Polícia Rodoviária Federal	2.096.399	1.886.852	0,89	11,11
Fundo Penitenciário Nacional	1.367.636	1.256.990	0,58	8,80
Ministério da Justiça e Segurança Pública	794.122	970.594	0,34	(18,18)
Fundo Nacional de Segurança Pública	744.871	244.863	0,32	204,20
Fundo Nacional Antidrogas	465.285	240.829	0,20	93,20
Subtotal (A)	234.981.120	114.912.610	99,96	104,49
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Intra OFSS				
Ministério da Justiça e Segurança Pública	86.876	86.876	0,04	0,00
Subtotal (B)	86.876	86.876	0,04	0,00
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Inter Est				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(25)	-	(0,00)	-
Subtotal (C)	(25,21)	-	(0,00)	-
Total (A+B+C)	235.067.971	114.999.485	100,00	104,41

Fonte: Siafi.

Com relação ao total do Patrimônio Líquido, conforme demonstrado na "Tabela 12" e "Figura 10", 84,73% (R\$ 218.584.458 mil) corresponde aos resultados superavitários, provenientes de exercícios anteriores, decorrentes de reavaliações, incorporações, entre outras valorizações relativas aos bens imóveis da Funai, assim como, imóveis residenciais, edifícios, terrenos e glebas, represas e açudes, fazendas, parques e reservas, registrados nas seguintes proporções:

- a) 44,19% no DF (R\$ 113.997.501 mil);
- b) 18,01% no MT (46.472.475 mil);
- c) 8,67% no PA (R\$ 22.369.010 mil);
- d) 4,19% em RO (R\$ 10.812.809 mil);
- e) 2,91% no AM (R\$ 7.502.144 mil);
- f) 3,07% no TO (R\$ 7.477.435 mil);
- g) 0,98% em RR (R\$ 2.385.237 mil); e
- h) 2,93% em outros estados (R\$ 7.567.846 mil).

Tabela 12 – Superávits Acumulados – composição FUNAI – por estado

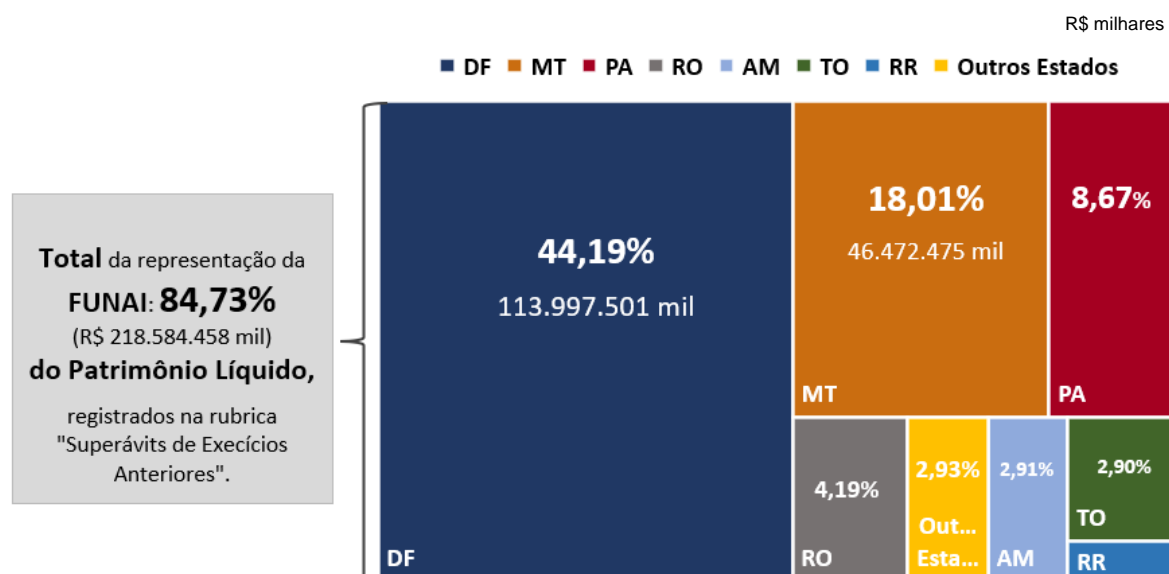
R\$ milhares

FUNAI - Resultado de Exercícios Anteriores	30/09/2021	31/12/2020	AV %	AH%
Distrito Federal	113.997.501	29.837	44,19	381.973,12
Mato Grosso	46.472.475	46.472.070	18,01	0,00
Pará	22.369.010	22.350.092	8,67	0,08

Rondônia	10.812.809	8.952.414	4,19	20,78
Amazonas	7.502.144	7.501.527	2,91	0,01
Tocantins	7.477.435	7.476.287	2,90	0,02
Roraima	2.385.237	2.385.949	0,92	(0,03)
Outros Estados	7.567.846	7.486.014	2,93	1,09
Total de Superávits de Exercícios Anteriores - FUNAI	218.584.458	102.654.190	84,73	112,93
Total do Resultado de Exercícios Anteriores	235.067.971	114.999.485	91,12	104,41
Total do Patrimônio Líquido	257.987.264	235.070.175	100,00	9,75

Fonte: Siafi.

Figura 10 – Composição da FUNAI: Resultado de Exercícios Anteriores/ PL



Fonte: Siafi.

Nota 10 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP

Ativo Financeiro

Os "Ativos Financeiros", no terceiro trimestre de 2021, representaram 2,06% do total de ativos (financeiros e permanentes); assim registrados, conforme apresentado na "Tabela 13":

- 29,01% (R\$ 1.506.919 mil) no FNSP; sendo 28,56% (R\$ 1.483.657 mil) correspondentes à "CTU - Recursos da Conta Única Aplicados";
- 19,62% (R\$ 1.019.217 mil) no Funpen; sendo 19,30% (R\$ 1.002.603 mil) correspondentes à "CTU - Recursos da Conta Única Aplicados";
- 17,44% (R\$ 905.981 mil) na PF; sendo 9,74% (R\$ 506.183 mil) correspondentes à "CTU - Recursos da Conta Única Aplicados";
- 13,57% (R\$ 705.192 mil) no FDD; sendo 13,51% (R\$ 701.602 mil) correspondentes à "CTU - Recursos da Conta Única Aplicados";
- 7,79% (R\$ 404.668 mil) na Funad; sendo 7,76% (R\$ 403.064 mil) correspondentes à "CTU - Recursos da Conta Única Aplicados";
- 7,69% (R\$ 399.597 mil) na PRF; disponíveis em contas de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento;
- 2,60% (R\$ 135.054 mil) no Cade;
- 1,59% (R\$ 82.790 mil) no MJSP; e
- 0,68% (R\$ 35.422 mil) na Funai.

A “Figura 11”, apresenta a distribuição dos ativos financeiros por órgão.

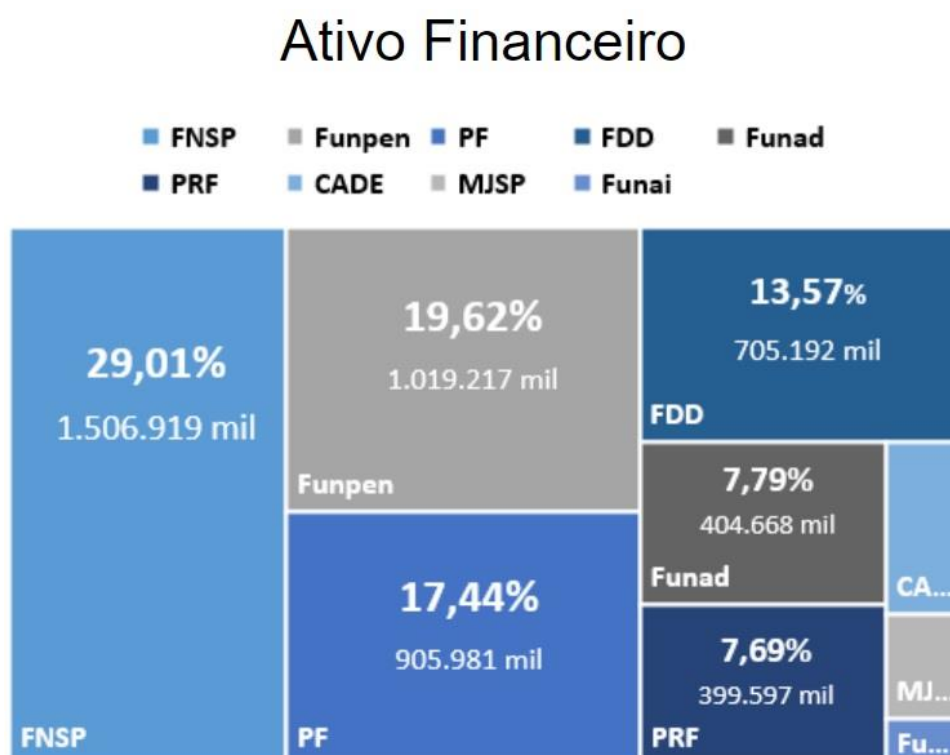
Tabela 13 – Ativo Financeiro – composição por órgão e grupos de contas representativos

	R\$ milhares	
<i>Ativo Financeiro - por órgão e grupos de contas representativos</i>	30/09/2021	AV %
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.506.919	29,01
CTU - Recursos da Conta Única Aplicados	1.483.657	28,56
Demais Ativos Financeiros menos representativos do FNSP	23.262	0,45
Fundo Penitenciário Nacional	1.019.217	19,62
CTU - Recursos da Conta Única Aplicados	1.002.603	19,30
Demais Ativos Financeiros menos representativos do Funpen	16.614	0,32
Polícia Federal	905.981	17,44
CTU - Recursos da Conta Única Aplicados	506.183	9,74
Limite de Saque com Vinc. Pagto - Ordem Pagto - OFSS	327.023	6,30
Limite de Saque com Vinc. Pagto - OFSS	72.573	1,40
Demais Ativos Financeiros menos representativos da PF	202	0,00
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	705.192	13,57
CTU - Recursos da Conta Única Aplicados	701.602	13,51
Demais Ativos Financeiros menos representativos do FDD	3.591	0,07
Fundo Nacional Antidrogas	404.668	7,79
CTU - Recursos da Conta Única Aplicados	403.064	7,76
Demais Ativos Financeiros menos representativos da Funad	1.605	0,03
Polícia Rodoviária Federal	399.597	7,69
Limite de Saque com Vinc. Pagto - Ordem Pagto - OFSS	243.317	4,68
Limite de Saque com Vinc. Pagto - OFSS	156.104	3,00
Demais Ativos Financeiros menos representativos da PRF	176	0,00
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	135.054	2,60
Limite de Saque com Vinc. Pagto - OFSS	133.848	2,58
Demais Ativos Financeiros menos representativos do CADE	1.206	0,02
Ministério da Justiça e Segurança Pública	82.790	1,59
Fundação Nacional do Índio	35.422	0,68
Total Geral	5.194.840	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 11 – Composição do Ativo Financeiro – por órgão

R\$ milhares



Fonte: Siafi.

Ativo Permanente

Os "Ativos Permanentes", no terceiro trimestre de 2021, representaram 98% do total de ativos (financeiros e permanentes); sendo 95,10% (R\$ 241.741.768 mil) assim registrados na Funai:

- a) 49,79% (R\$ 126.558.184 mil) correspondentes a Fazendas, Parques e Reservas;
- b) 44,84% (R\$ 113.977.536 mil) correspondentes a Terrenos/ Glebas; e
- c) 0,47% (R\$ 1.206.048 mil) correspondentes a outros registros de ativos permanentes de menor representatividade.

Destaca-se que os ativos permanentes supracitados da Funai se encontram detalhados na Nota Explicativa 04 - Bens Imóveis.

Os demais órgãos vinculados ao MJSP representaram juntos apenas 4,90% (R\$ 12.447.363 mil) do total de "Ativos Permanentes" conforme apresentado na "Tabela 14".

Tabela 14 – Ativo Permanente – composição por órgão e grupos de contas representativos

R\$ milhares

Ativos Permanentes por Órgão e principais Grupos de Contas	30/09/2021	AV %
Fundação Nacional do Índio	241.741.768	95,10
Fazendas, Parques e Reservas	126.558.184	49,79
Terrenos/ Glebas	113.977.536	44,84
Demais Ativos Permanentes menos representativos da Funai	1.206.048	0,47
Polícia Federal	4.179.855	1,64
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	4.094.301	1,61
Polícia Rodoviária Federal	2.100.030	0,83
Ministério da Justiça e Segurança Pública	866.808	0,34
Fundo Penitenciário Nacional	563.327	0,22
Fundo Nacional de Segurança Pública	301.641	0,12

Fundo de Defesa de Direitos Difusos	208.006	0,08
Fundo Nacional Antidrogas	133.394	0,05
Total Geral	254.189.131	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 12 – Composição do Ativo Permanente – por órgão



Passivo Financeiro

No terceiro trimestre de 2021, conforme apresentado na "Tabela 15", 85,91% (R\$ 5.490.615 mil) do "Passivo Financeiro" foram registrados em contas de execução orçamentária e de restos a pagar, da seguinte forma:

- 25,61% (R\$ 1.405.967 mil) no FNSP; sendo 15,39% (R\$ 692.683 mil) correspondentes às Contribuições registradas em "Crédito Empenhado a Liquidar";
- 21,21% (R\$ 1.164.468 mil) na PRF; sendo 15,46% (R\$ 848.810 mil) correspondentes a "Créditos Empenhados a Liquidar" registrados em diversas rubricas contábeis;
- 19,54% (R\$ 1.072.973 mil) na PF; sendo 15,46% (R\$ 848.810 mil) correspondentes a "Créditos Empenhados a Liquidar" registrados em diversas rubricas contábeis;
- 17,48% (R\$ 959.912 mil) no MJSP; sendo 13,66% (R\$ 750.258 mil) correspondentes às Contribuições registradas em "Restos a Pagar não Processados a Liquidar";
- 7,93% (R\$ 435.212 mil) no Funpen; sendo 3,07% (R\$ 168.832 mil) correspondentes a "Créditos Empenhados a Liquidar" registrados em diversas rubricas contábeis;
- 8,23% (R\$ 452.084 mil) nos demais órgãos vinculados ao MJSP; sendo 3,53% (R\$ 194.088 mil) no FDD, 3,52% (R\$ 193.267 mil) na Funai, 0,76% (R\$ 41.637 mil) na Funad e 0,42% (R\$ 23.093 mil) no CADE.

As "Obrigações Patrimoniais" representaram 14,09% (R\$ 900.692 mil) do total do Passivo Financeiro. A PF e a PRF representaram, juntas, 84,63% (R\$ 762.249 mil) das referidas obrigações; com destaque para os seguintes registros:

- 48,92% (R\$ 440.641 mil) na PF; sendo 30,17% (R\$ 271.735 mil) correspondentes a "Salários, Remunerações e Benefícios";
- 35,71% (R\$ 321.607 mil) na PRF; sendo 21,53% (R\$ 193.875 mil) correspondentes a "Salários, Remunerações e Benefícios".

Os demais órgãos vinculados ao MJSP representaram 15,37% (138.444 mil) do total das "Obrigações Patrimoniais" do Passivo Financeiro, conforme apresentado na "Tabela 16".

Tabela 15 – Passivo Financeiro – execução do orçamento e de restos a pagar (contas 62 e 63)

R\$ milhares

<i>Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas</i>	30/09/2021	AV %
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.405.967	25,61
Crédito Empenhado a Liquidar	844.837	15,39
RP Não Processados a Liquidar	546.690	9,96
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	14.439	0,26
Polícia Rodoviária Federal	1.164.468	21,21
Crédito Empenhado a Liquidar	1.016.330	18,51
RP Não Processados a Liquidar	134.536	2,45
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	13.601	0,25
Polícia Federal	1.072.973	19,54
Crédito Empenhado a Liquidar	848.810	15,46
RP Não Processados a Liquidar	199.716	3,64
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	24.446	0,45
Ministério da Justiça e Segurança Pública	959.912	17,48
Crédito Empenhado a Liquidar	191.577	3,49
RP Não Processados a Liquidar	750.258	13,66
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	18.078	0,33
Fundo Penitenciário Nacional	435.212	7,93
Crédito Empenhado a Liquidar	168.832	3,07
RP Não Processados a Liquidar	224.620	4,09
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	41.760	0,76
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	194.088	3,53
Crédito Empenhado a Liquidar	560	0,01
RP Não Processados a Liquidar	111.580	2,03
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	81.948	1,49
Fundação Nacional do Índio	193.267	3,52
Crédito Empenhado a Liquidar	139.992	2,55
RP Não Processados a Liquidar	37.947	0,69
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	15.327	0,28
Fundo Nacional Antidrogas	41.637	0,76
Crédito Empenhado a Liquidar	18.069	0,33
RP Não Processados a Liquidar	23.419	0,43
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	148	0,00
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	23.093	0,42
Crédito Empenhado a Liquidar	16.351	0,30
RP Não Processados a Liquidar	3.192	0,06
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	3.549	0,06
Total Geral	5.490.615	100,00

Fonte: Siafi.

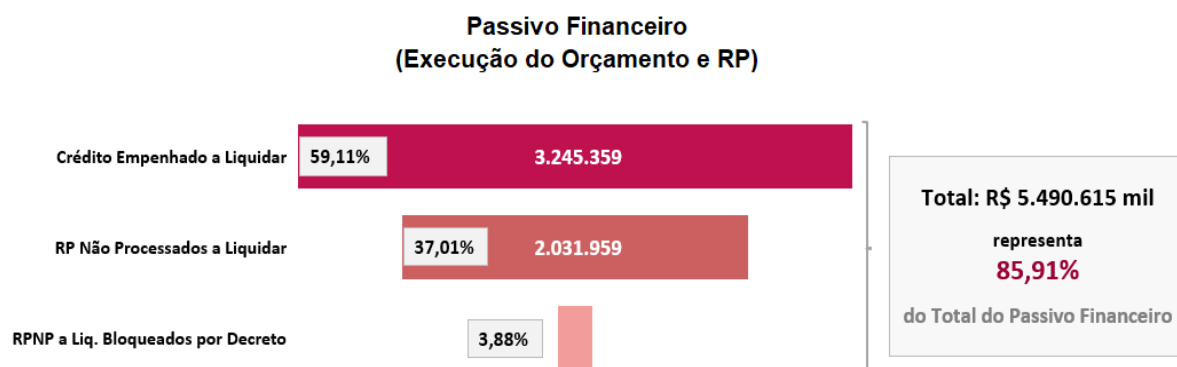
Tabela 16 – Passivo Financeiro – obrigações patrimoniais (contas 21 e 22)

R\$ milhares

<i>Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas representativos</i>	30/09/2021	AV %
Polícia Federal	440.641	48,92
Salários, Remunerações e Benefícios	271.735	30,17
Polícia Rodoviária Federal	321.607	35,71
Salários, Remunerações e Benefícios	193.875	21,53
Ministério da Justiça e Segurança Pública	54.706	6,07
Fundo Penitenciário Nacional	38.105	4,23
Fundação Nacional do Índio	28.871	3,21
Fundo Nacional de Segurança Pública	15.177	1,69
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	1.266	0,14
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	268	0,03
Fundo Nacional Antidrogas	50	0,01
Total Geral	1.366.302	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 13 – Composição do Passivo Financeiro – por grupo de contas de execução do orçamento e restos a pagar (contas 62 e 63)



Passivo Permanente

Quanto ao Passivo Permanente, destacou-se a representação da PF, de 54,73% (R\$ 271.464 mil) e da PRF 24,41% (R\$ 121.067 mil), totalizando 79,14% (R\$ R\$ 392.531 mil), no terceiro trimestre de 2021, conforme apresentado na "Tabela 17".

Na PF, 28,24% (R\$ 140.083 mil) referem-se a "Férias a Pagar" e 26,42% (R\$ 131.072 mil), "Décimo Terceiro Salário a Pagar".

Na PRF, 14,97% (R\$ 74.261 mil) referem-se a "Décimo Terceiro Salário a Pagar".

Os registros supracitados foram os mais representativos dos "Passivos Permanentes". O detalhamento dos saldos por órgão e por grupo de contas foram apresentados na "Tabela 17".

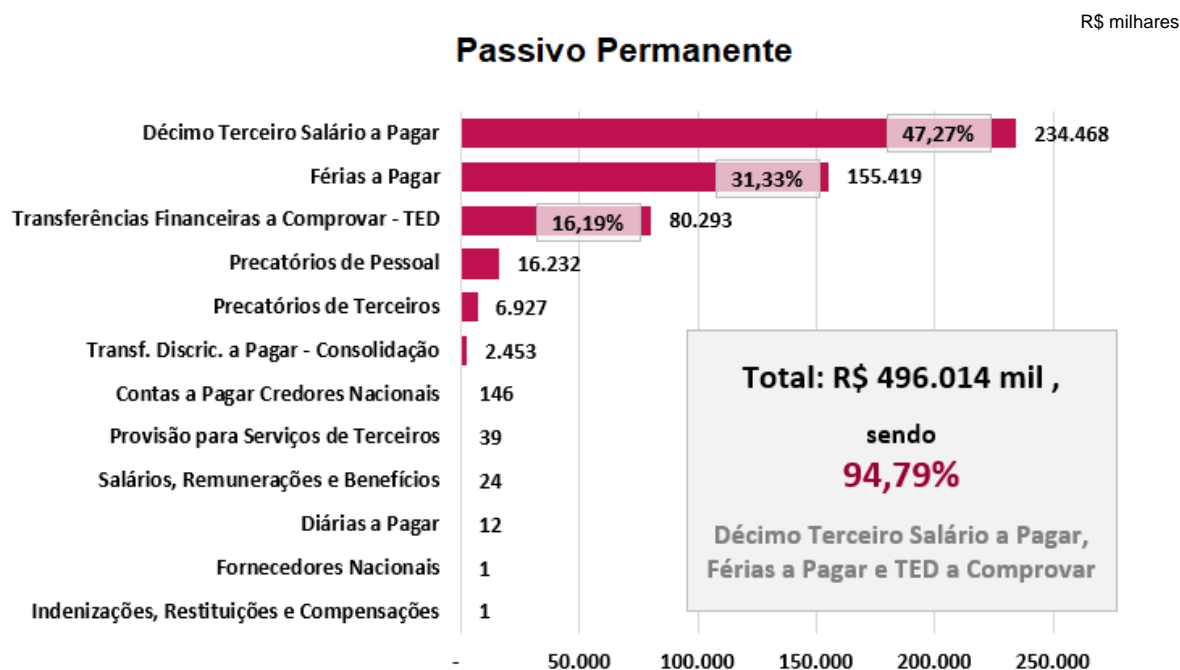
Tabela 17 – Passivo Permanente – composição por órgãos e grupos de contas

R\$ milhares

<i>Passivo Permanente - por órgãos e grupos de contas</i>	30/09/2021	AV %
Polícia Federal	271.464	54,73
Férias a Pagar	140.083	28,24
Décimo Terceiro Salário a Pagar	131.072	26,42
Transfer. Financeira a Comprovar - TED	300	0,06
Salários, Remunerações e Benefícios	6	0,00
Diárias a Pagar	4	0,00
Polícia Rodoviária Federal	121.067	24,41
Décimo Terceiro Salário a Pagar	74.261	14,97
Transfer. Financeira a Comprovar - TED	36.059	7,27
Férias a Pagar	10.707	2,16
Contas a Pagar Credores Nacionais	40	0,01
Fundação Nacional do Índio	52.508	10,59
Transfer. Financeira a Comprovar - TED	19.958	4,02
Décimo Terceiro Salário a Pagar	16.512	3,33
Precatórios de Pessoal	9.841	1,98
Precatórios de Terceiros	5.197	1,05
Férias a Pagar	996	0,20
Contas a Pagar Credores Nacionais	3	0,00
Indenizações, Restituições e Compensações	1	0,00
Ministério da Justiça e Segurança Pública	27.379	5,52
Décimo Terceiro Salário a Pagar	12.378	2,50
Precatórios de Pessoal	6.392	1,29
Transfer. Financeira a Comprovar - TED	4.484	0,90
Férias a Pagar	2.377	0,48
Precatórios de Terceiros	1.730	0,35
Salários, Remunerações e Benefícios	18	0,00
Fundo Nacional de Segurança Pública	10.788	2,17
Transfer. Financeira a Comprovar - TED	10.787	2,17
Contas a Pagar Credores Nacionais	1	0,00
Indenizações, Restituições e Compensações	0	0,00
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	10.307	2,08
Transfer. Financeira a Comprovar - TED	8.704	1,75
Férias a Pagar	1.256	0,25
Décimo Terceiro Salário a Pagar	245	0,05
Contas a Pagar Credores Nacionais	101	0,02
Fundo Penitenciário Nacional	2.501	0,50
Transf. Discric. a Pagar - Consolidação	2.453	0,49
Provisão para Serviços de Terceiros	39	0,01
Diárias a Pagar	8	0,00
Fornecedores Nacionais	1	0,00
Total Geral	496.014	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 14 – Composição do Passivo Permanente – por grupo de contas



Fonte: Siafi.

Nota 11 – Obrigações Contratuais – BP

No 3º trimestre de 2021, a rubrica Obrigações Contratuais, que contempla os contratos em que a administração pública participa como contratante, representou 56,17% (R\$ 2.801.216 mil) do saldo dos Atos Potenciais Passivos, do quadro de compensações. Na “Tabela 18”, os contratos de serviços apresentaram maior representatividade, 64,92% (R\$ 1.818.658 mil) dos contratos em execução.

Na análise horizontal, os aumentos de 18,01% (R\$ 277.560 mil) nos contratos de serviços e 42,51% (R\$ 258.495 mil) nos contratos de fornecimento de bens, foram impactados, em sua maioria, com a contratação da Casa da Moeda do Brasil e do Serpro - Sede Brasília e com a aquisição de veículos, respectivamente.

Tabela 18 - Obrigações Contratuais – por modalidade

Obrigações contratuais – por modalidade	R\$ milhares			
	30/09/2021	31/12/2020	AV%	AH%
Contratos de Serviços	1.818.658	1.541.098	64,92	18,01
Contratos de Fornecimento de Bens	866.576	608.081	30,94	42,51
Contratos de Aluguéis	112.581	130.566	4,02	(13,77)
Contratos de Seguros	2.248	1.507	0,08	49,17
Acordo Transf. Recursos p/Org. Internacionais	1.050	1.050	0,04	-
Execução de Contrato de Gestão	103	103	0,00	-
Total	2.801.216	2.282.405	100,00	22,73

Fonte: Siafi.

Na “Tabela 19” abaixo, destaca-se a PF, que representou 47,52% (R\$ 1.331.273 mil) das obrigações contratuais até 30 de setembro de 2021. Nesse sentido, o aumento expressivo de 184,59% do FNISP, na análise horizontal, foi influenciado pela aquisição de veículos utilitários, ambulâncias, caminhões-tanque e caminhonete descaracterizada, para atendimento das necessidades do órgão.

Tabela 19 - Obrigações Contratuais – por órgão contratante

R\$ milhares

Obrigações contratuais – por órgão contratante	30/09/2021	31/12/2020	AV%	AH%
Polícia Federal	1.331.273	1.136.601	47,52	17,13
Fundo Nacional de Segurança Pública	367.386	129.095	13,12	184,59
Ministério da Justiça e Segurança Pública	340.063	337.226	12,14	0,84
Polícia Rodoviária Federal	323.419	283.183	11,55	14,21
Fundação Nacional do Índio	266.985	240.398	9,53	11,06
Fundo Penitenciário Nacional	101.249	79.712	3,61	27,02
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	58.351	63.107	2,08	(7,54)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	12.490	13.083	0,45	(4,53)
Total	2.801.216	2.282.405	100,00	22,73

Fonte: Siafi.

Em seguida, a “Tabela 20” apresenta os 20 (vinte) contratados com os valores mais expressivos, representando 47,37% (R\$ 1.326.826 mil) em relação ao total das obrigações contratuais.

Tabela 20 - Obrigações Contratuais – por contratado

R\$ milhares

Obrigações contratuais – por contratado	30/09/2021	AV%
Casa da Moeda do Brasil CMB	277.566	9,91
Serpro – Sede Brasília	184.981	6,60
General Motors do Brasil Ltda	175.056	6,25
HPE Automotores do Brasil Ltda	77.805	2,78
Santiago & Cintra Consultoria Ltda	62.587	2,23
Caixa Econômica Federal	62.422	2,23
Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda	59.248	2,12
Concept Mobility Serviços de Mobilidade Ltda	51.851	1,85
Toyota do Brasil Ltda	47.342	1,69
Iafis Systems do Brasil Eireli	44.528	1,59
Ford Motor Company Brasil Ltda	37.494	1,34
Helisul Táxi Aéreo Ltda	33.200	1,19
Antonio Amaral Vilas Boas Neto	29.942	1,07
Ticket Soluções HDFGT S/A	28.049	1,00
Techbiz Forense Digital Ltda	27.364	0,98
Claro S.A.	27.188	0,97
Embraer S.A.	26.054	0,93
Resource Tecnologia e Informática Ltda	25.194	0,90
Indústria de Material Bélico do Brasil/FI	24.725	0,88
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	24.229	0,86
Demais contratados 2.570	1.474.390	52,63
Total	2.801.216	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 12 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos - DVP

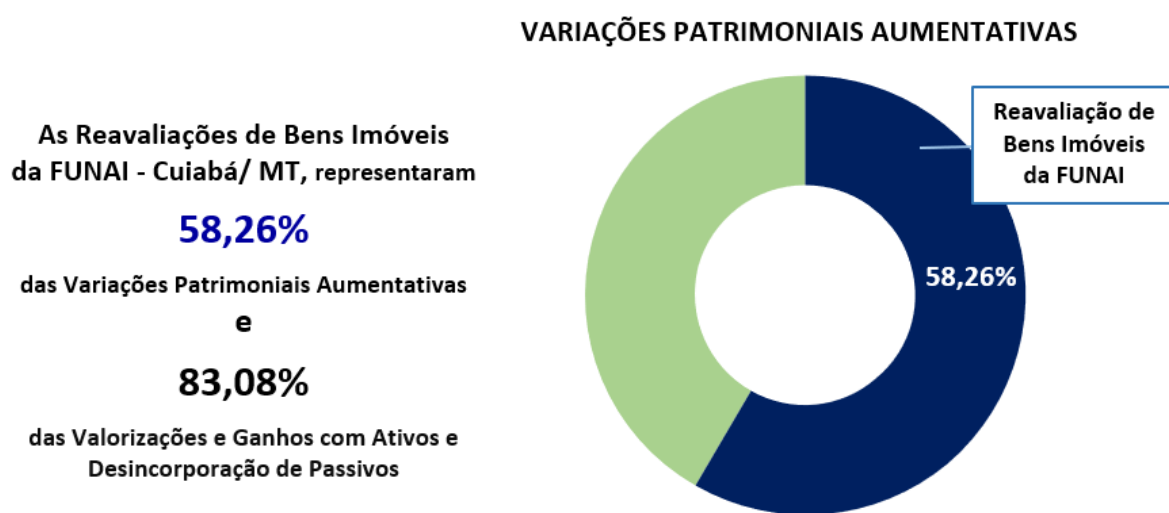
No terceiro trimestre de 2021, 68,45% (R\$ 104.853.264 mil) das Variações Patrimoniais Aumentativas foram decorrentes de "Reavaliações de Ativos"; sendo 85,11% (R\$ 89.244.003 mil) desse saldo referente às reavaliações de bens imóveis da Fundação Nacional do Índio na Coordenação Regional de Cuiabá/MT.

Destaca-se tal impacto como o mais representativo e relevante das Variações Patrimoniais Aumentativas, correspondente a 83,08% (R\$ 89.244.003) das "Valorizações e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos", apresentadas nas Demonstrações das Variações Patrimoniais.

Tabela 21 – Reavaliação de Ativos – por órgão

Órgão	R\$ milhares			
	30/09/2021	30/09/2020	AV%	AH%
Fundação Nacional do Índio	104.726.504	294.548	99,88	35.455,03
Reavaliação de Bens Imóveis	104.726.504	294.548	99,88	35.455,03
Polícia Federal	120.893	386.852	0,12	(68,75)
Reavaliação de Bens Imóveis	69.008	386.416	0,07	(82,14)
Reavaliação de Bens Móveis	51.885	436	0,05	11.802,05
Polícia Rodoviária Federal	5.791	34.067	0,01	(83,00)
Reavaliação de Bens Imóveis	5.791	34.067	0,01	(83,00)
Fundo Nacional Antidrogas	76	-	0,00	-
Reavaliação de Bens Imóveis	76	-	0,00	-
Total Geral	104.853.264	715.467	100,00	-

Fonte: Siafi.

Figura 15 – Variações Patrimoniais Aumentativas – composição

Grupo de Contas - VPA	R\$ milhares
Reavaliação de Bens Imóveis da FUNAI - Cuiabá/MT	89.224.003
Reavaliação de Ativos	104.853.264
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	107.420.042
Valorizações Patrimoniais Aumentativas	153.184.299

Fonte: Siafi.

Nota 13 – Pessoal e Encargos – DVP

No 3º trimestre de 2021, a rubrica "Pessoal e Encargos" apresentou 4,48% (R\$ 5.838.585 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo representada, em maior proporção, pela Polícia Federal que apresentou 54,65% (R\$ 3.190.649 mil) e pela Polícia Rodoviária Federal com 36,37% (R\$ 2.123.224 mil). Ambas somaram 91,01% (R\$ 5.313.872 mil), conforme "Tabela 22".

Nesse sentido, os mesmos órgãos representaram, na conta Remuneração a Pessoal, 70,37% (R\$ 4.108.516 mil) do saldo da rubrica Pessoal e Encargos. Sendo o maior destaque para a PF, com 42,46% (R\$ 2.479.160 mil) em relação ao total da rubrica.

Na análise horizontal, a PRF apresentou resultado negativo de -82,87% na conta outras VPD – Pessoal, afetado pela diminuição expressiva na concessão do auxílio financeiro a candidatos participantes de curso de formação. Por outro lado, o aumento de pessoal requisitado de outros órgãos (Correios, Banco do Brasil, Casa da Moeda, Infraero, Eletrosul, Serpro, Eletrobrás, Polícias Civis, dentre outros) apresentou resultado positivo em todos os órgãos vinculados.

Tabela 22 – Pessoal e Encargos – Por Órgão

Pessoal e Encargos	30/09/2021	30/09/2020	RFV (%)
Polícia Federal	3.190.649	3.091.462	54,65
Benefícios a Pessoal	101.044	100.107	1,73
Encargos Patronais	582.985	552.186	9,99
Outras VPD - Pessoal e Encargos	27.460	17.458	0,47
Remuneração a Pessoal	2.479.160	2.421.712	42,46
Polícia Rodoviária Federal	2.123.224	2.007.358	36,37
Benefícios a Pessoal	144.182	141.267	2,47
Encargos Patronais	348.255	331.592	5,96
Outras VPD - Pessoal e Encargos	1.430	8.349	0,02
Remuneração a Pessoal	1.629.357	1.526.149	27,91
Ministério da Justiça e Segurança Pública	319.647	315.710	5,47
Benefícios a Pessoal	21.380	22.493	0,37
Encargos Patronais	39.265	37.388	0,67
Outras VPD - Pessoal e Encargos	12.967	9.595	0,22
Remuneração a Pessoal	246.034	246.235	4,21
Fundação Nacional do Índio	194.812	301.174	3,34
Benefícios a Pessoal	9.563	9.100	0,16
Encargos Patronais	23.797	25.231	0,41
Outras VPD - Pessoal e Encargos	1.199	571	0,02
Remuneração a Pessoal	160.252	266.272	2,74
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	10.254	10.021	0,18
Benefícios a Pessoal	425	494	0,01
Encargos Patronais	928	932	0,02
Outras VPD - Pessoal e Encargos	708	381	0,01
Remuneração a Pessoal	8.193	8.214	0,14
Total Geral	5.838.585	5.725.725	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 14 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas – DVP

No 3º trimestre de 2021, o total dos registros contábeis em "Reavaliações, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas" representaram 63,22% (R\$ 82.357.237 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas consolidadas; sendo 99,59% (R\$ 81.193.407 mil) do referido montante relativos às desvalorizações e perdas de ativos em decorrência de reavaliações de bens imóveis registradas no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, na Coordenação Regional de Cuiabá/ MT da Fundação Nacional do Índio.

Destaca-se tal impacto como o mais representativo e relevante das Variações Patrimoniais Diminutivas apresentadas nas Demonstrações das Variações Patrimoniais.

Tabela 23 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas – por órgão

R\$ milhares

Órgão	30/09/2021	30/09/2020	AV (%)	AH (%)
Fundação Nacional do Índio	82.315.560	533.684	99,95	15.324,02
Reavaliação de Bens Imóveis	2.315.560	533.684	99,95	15.324,02
Polícia Federal	21.234	16.156	0,03	31,43
Reavaliação de Bens Imóveis	443	14.662	0,00	(96,98)
Reavaliação de Bens Móveis	20.791	1.494	0,03	1.291,47
Ministério da Justiça e Segurança Pública	17.292	1.933	0,02	794,75
Reavaliação de Bens Imóveis	17.292	1.933	0,02	794,75
Polícia Rodoviária Federal	3.150	8.488	0,00	(62,89)
Reavaliação de Bens Imóveis	-	8.488	-	100,00
Reavaliação de Bens Móveis	3.150	-	0,00	-
Total Geral	82.357.237	560.261	100,00	14.599,79

Fonte: Siafi.

Nota 15 – Demais Receitas Patrimoniais – BO

No 3º trimestre de 2021, a rubrica Demais Receitas Patrimoniais representou 39,38% (R\$ 1.410.139 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas. A totalidade do saldo decorre da receita de concursos de prognósticos, que são todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípcas, geridos pela Caixa Econômica Federal. Essas receitas são previstas no artigo 16 da Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018.

Em destaque na "Tabela 24" verifica-se que 97,69% (R\$ 1.377.520 mil) da receita realizada decorre de Loteria de Prognósticos Numéricos.

Verifica-se, também, que o Fundo Nacional de Segurança Pública representou 90,18% (R\$ 1.271.623 mil) do total da rubrica; e o Fundo Penitenciário Nacional 9,82% (R\$ 138.516 mil).

Tabela 24 – Demais Receitas Patrimoniais – por órgão

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida	30/09/2021	AV (%)
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.271.623	90,18
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	1.243.259	88,17
Participação da União em Receita de Loteria Federal	9.892	0,70
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	9.250	0,66
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	9.222	0,65
Fundo Penitenciário Nacional	138.516	9,82
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	134.261	9,52

Participação da União em Receita de Loteria Federal	1.850	0,13
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	1.603	0,11
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	803	0,06
Total	1.410.139	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 16 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO

No 3º trimestre de 2021, a rubrica Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais apresentou o saldo de 34,23% (R\$ 1.225.770 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas.

Na análise, a PRF obteve destaque na conta contábil Multas Previstas em Legislação Específica correspondente a 75,51% (R\$ 925.558 mil) do total da referida arrecadação, conforme evidenciado na "Tabela 25".

A receita líquida orçamentária relativa às Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos, arrecadadas pelo FDD, representaram 20,48% (R\$ 250.994 mil) do total da receita orçamentária, contabilizada em "Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais" e têm por finalidade promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

A PRF e o FDD somaram 95,98% (R\$ 1.176.552 mil) das receitas correntes relativas à conta contábil Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais.

Tabela 25 - Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais

	R\$ milhares	
Receita Orçamentária Líquida	30/09/2021	AV (%)
Multas Previstas em Legislação Específica	947.170	77,27
Polícia Rodoviária Federal	925.558	75,51
Polícia Federal	16.584	1,35
Fundo Penitenciário Nacional	3.449	0,28
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.285	0,10
Fundo Nacional Antidrogas	230	0,02
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	64	0,01
Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	250.994	20,48
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	250.994	20,48
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	26.753	2,18
Fundo Penitenciário Nacional	26.753	2,18
Multas e Juros Previstos em Contratos	442	0,04
Polícia Rodoviária Federal	442	0,04
Multas Previstas na Legislação Antidrogas	411	0,03
Polícia Federal	329	0,03
Fundo Nacional Antidrogas	82	0,01
Total	1.225.770	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 17 – Resultado Orçamentário – BO

O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. Em setembro de 2021, o resultado orçamentário apresentado pela PF e pela PRF impactaram, respectivamente, 59,59% (R\$ 5.797.960 mil) e 37,67% (R\$ 3.665.738 mil) no déficit de R\$ 9.730.285 mil do MJSP, conforme demonstrado na "Tabela 26" abaixo. Ambos os órgãos somaram 97,26% (R\$ 9.463.698 mil) do resultado total apresentado no 3º trimestre de 2021.

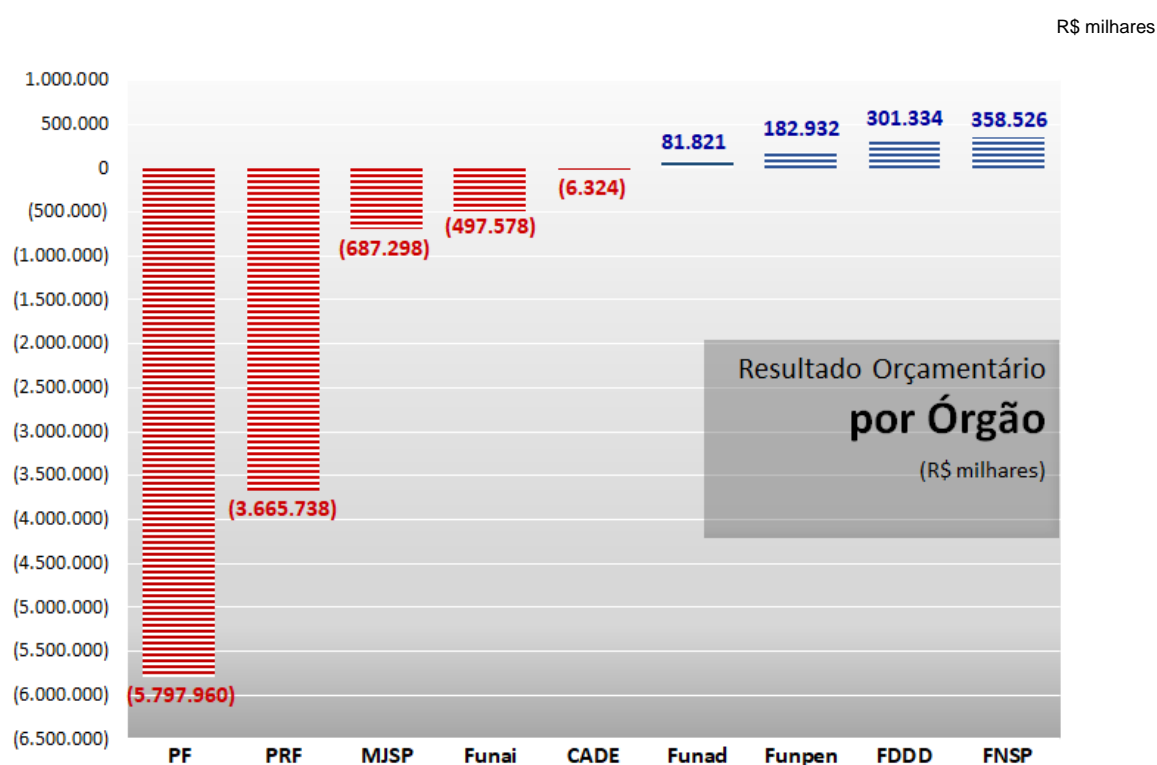
Tabela 26 – Resultado Orçamentário

R\$ milhares

Órgão	Receita Orçamentária (Líquida)	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário	AV%
Polícia Federal	376.918	6.174.877	(5.797.960)	59,59
Polícia Rodoviária Federal	982.961	4.648.700	(3.665.738)	37,67
Ministério da Justiça e Segurança Pública	2.104	689.401	(687.298)	7,06
Fundação Nacional do Índio	748	498.326	(497.578)	5,11
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	39.746	46.071	(6.324)	0,06
Fundo Nacional Antidrogas	99.932	18.111	81.821	(0,84)
Fundo Penitenciário Nacional	387.073	204.140	182.932	(1,88)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	1.333.651	1.032.318	301.334	(3,10)
Fundo Nacional de Segurança Pública	359.086	560	358.526	(3,68)
	3.582.219	13.312.504	(9.730.285)	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 16 – Resultado Orçamentário – por órgão



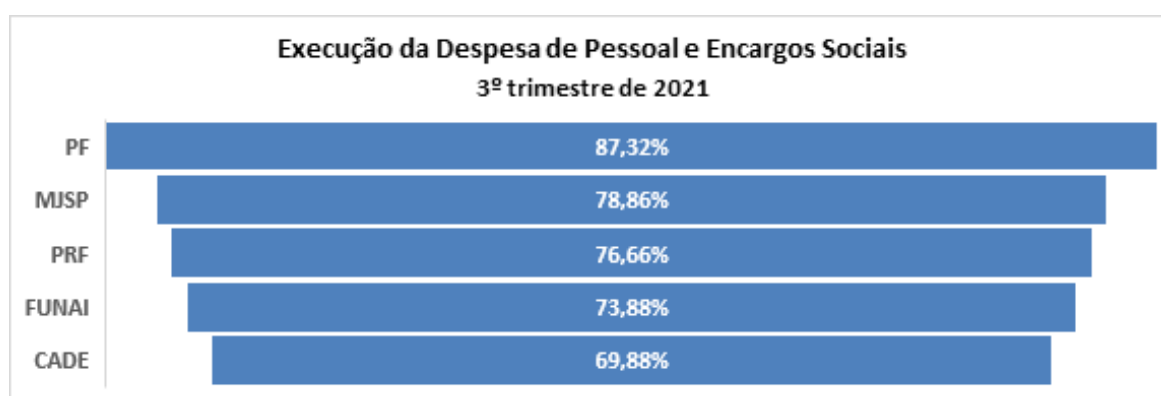
Fonte: Siafi.

Nota 18 – Pessoal e Encargos Sociais – BO

Do total das despesas empenhadas com "Pessoal e Encargos Sociais", 82,16% (R\$ 7.922.170 mil) foram efetivamente pagas até o 3º trimestre de 2021, podendo ser verificado na "Tabela 27". O percentual das despesas pagas em relação ao empenhado, de cada órgão, são evidenciados pela "Figura 17", onde destaca-se a PF, com 87,32% de execução, seguida pelo MJSP, com 78,86%.

Em relação ao volume de despesas empenhadas, a PF também foi responsável pelo maior volume, 51,64% (R\$ 4.979.130 mil), seguida pela PRF, com 39,80% (R\$ 3.837.628 mil). Nesse sentido, ambos os órgãos somaram 91,44% (R\$ 8.816.758 mil) do total das despesas empenhadas.

Figura 17 – Execução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão



Fonte: Siafi.

Tabela 27 – Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão

R\$ milhares

ÓRGÃO	DESPESA EMPENHADA	AV (%)	DESPESA A LIQUIDAR	DESPESA LIQUIDADADA A PAGAR	DESPESA PAGA	AV (%)	EXECUÇÃO (%)
PF	4.979.130	51,64	317.791	313.346	4.347.993	54,88	87,32
Vencimentos e Vantagens Fixas	2.580.352	26,76	256.201	168.807	2.155.343	27,21	83,53
Aposentadorias e Pensões	1.774.110	18,40	36.665	140.044	1.597.401	20,16	90,04
Obrigações Patronais	580.105	6,02	7.027	-	573.078	7,23	98,79
Outras Despesas	44.563	0,46	17.899	4.494	22.171	0,28	49,75
PRF	3.837.628	39,80	673.960	221.799	2.941.869	37,13	76,66
Vencimentos e Vantagens Fixas	1.721.809	17,86	209.380	113.850	1.398.579	17,65	81,23
Aposentadorias e Pensões	1.607.790	16,67	309.076	107.099	1.191.615	15,04	74,12
Obrigações Patronais	497.175	5,16	152.644	-	344.531	4,35	69,30
Outras Despesas	10.854	0,11	2.860	850	7.144	0,09	65,82
MJSP	455.005	4,72	66.113	30.065	358.828	4,53	78,86
Vencimentos e Vantagens Fixas	249.356	2,59	16.095	18.684	214.577	2,71	86,05
Aposentadorias e Pensões	130.793	1,36	29.130	9.846	91.817	1,16	70,20
Obrigações Patronais	55.899	0,58	17.388	-	38.511	0,49	68,89
Outras Despesas	18.958	0,20	3.500	1.535	13.923	0,18	73,44
FUNAI	357.979	3,71	70.042	23.449	264.488	3,34	73,88
Vencimentos e Vantagens Fixas	153.150	1,59	30.502	8.803	113.844	1,44	74,34
Aposentadorias e Pensões	163.673	1,70	24.391	14.460	124.822	1,58	76,26
Obrigações Patronais	38.449	0,40	14.731	-	23.718	0,30	61,69

Outras Despesas	2.706	0,03	417	186	2.104	0,03	77,74
CADE	12.868	0,13	2.904	971	8.992	0,11	69,88
Vencimentos e Vantagens Fixas	9.594	0,10	2.133	562	6.899	0,09	71,91
Aposentadorias e Pensões	742	0,01	194	58	490	0,01	66,11
Obrigações Patronais	1.249	0,01	322	-	927	0,01	74,23
Outras Despesas	1.283	0,01	255	352	676	0,01	52,68
Total Geral	9.642.610	100,00	1.130.810	589.630	7.922.170	100,00	82,16

Fonte: Siafi.

Nota 19 – Transferências Intragovernamentais – BF

O Balanço Financeiro apresentado neste relatório inclui as operações entre as unidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União no MJSP. Portanto, quando se aplica as regras de consolidação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, excluindo as referidas operações na extração desse demonstrativo contábil, os saldos das Transferências Intragovernamentais Recebidas e Concedidas apresentam variações significativas, cujas diferenças estão detalhadas na “Tabela 28”, quanto aos ingressos, e na “Tabela 29”, quanto aos dispêndios das referidas transferências.

Tabela 28 – Transferências Financeiras Recebidas – Balanço Financeiro

R\$ milhares

Ingressos						
ESPECIFICAÇÃO	30/09/2021 (A: Sem Consolidação)	AV%	30/09/2021 (B: Com Consolidação)	AV%	30/09/2021 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Recebidas	39.530.192	100,00	12.741.993	100,00	26.788.198	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	36.538.048	92,43	12.040.100	94,49	24.497.948	91,45
Cota Recebida	12.040.100	30,46	12.040.100	94,49	0	0,00
Repasso Recebido	11.634.018	29,43	0	0,00	11.634.018	43,43
Sub-repasso Recebido	9.891.092	25,02	0	0,00	9.891.092	36,92
Repasso Devolvido	2.972.602	7,52	0	0,00	2.972.602	11,10
Sub-repasso Devolvido	235	0,00	0	0,00	235	0,00
Independentes da Exec. Orçamentária	2.992.144	7,57	701.894	5,51	2.290.250	8,55
Transf. Recebidas para Pagto. de RP	2.458.770	6,22	701.894	5,51	1.756.876	6,56
Demais Transferências Recebidas	83.407	0,21	0	0,00	83.407	0,31
Movimentação de Saldos Patrim.	448.896	1,14	0	0,00	448.896	1,68
Movim. para Incorp. de Saldos	1.071	0,00	0	0,00	1.071	0,00

Fonte: Siafi.

Tabela 29 – Transferências Financeiras Concedidas – Balanço Financeiro

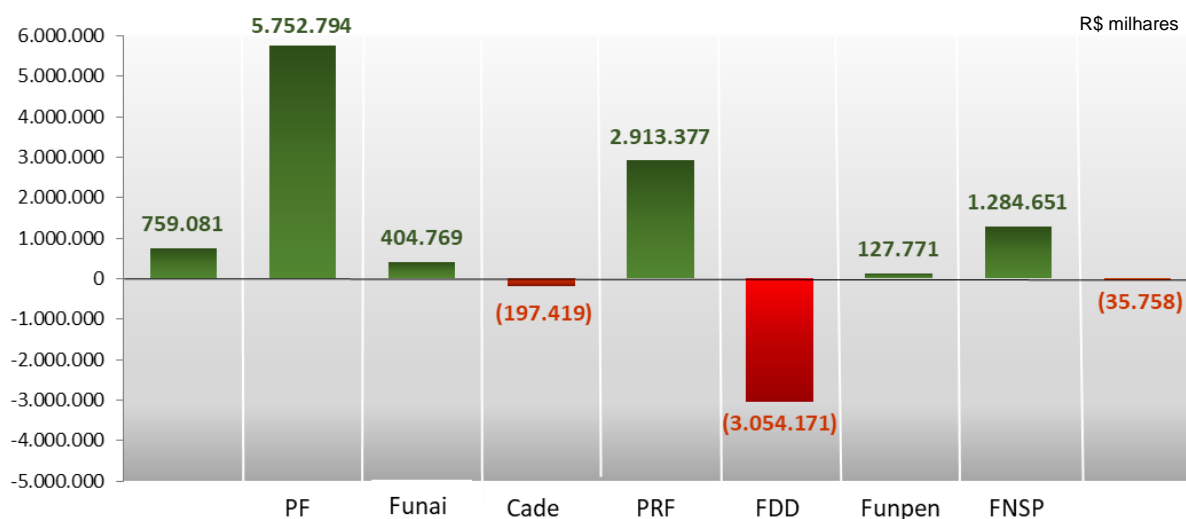
R\$ milhares

Dispêndios						
ESPECIFICAÇÃO	30/09/2021 (A: Sem Consolidação)	AV%	30/09/2021 (B: Com Consolidação)	AV%	30/09/2021 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Concedidas	31.575.096	100,00	4.786.898	15,16	26.788.198	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	27.486.632	87,05	2.988.684	9,47	24.497.948	91,45
Repasso Concedido	11.647.513	36,89	13.495	0,04	11.634.018	43,43
Sub-repasso Concedido	9.891.092	31,33	0	0,00	9.891.092	36,92
Cota Devolvida	2.975.189	9,42	2.975.189	9,42	0	0,00
Repasso Devolvido	2.972.602	9,41	0	0,00	2.972.602	11,10
Sub-repasso Devolvido	235	0,00	0	0,00	235	0,00
Independentes da Exec. Orçamentária	4.088.464	12,95	1.798.213	5,70	2.290.250	8,55
Transf. Conced. para Pagto de RP	1.756.876	5,56	0	0,00	1.756.876	6,56
Demais Transferências Concedidas	160.427	0,51	77.020	0,24	83.407	0,31
Movimento de Saldos Patrimoniais	2.170.090	6,87	1.721.194	5,45	448.896	1,68

Fonte: Siafi.

O saldo final das Transferências Intragovernamentais, apresentadas por órgão, no Balanço Financeiros deste relatório (sem consolidação), estão demonstrados na “Figura 18” a seguir.

Figura 18 – Saldo Final das Transferências Intragovernamentais (sem consolidação)



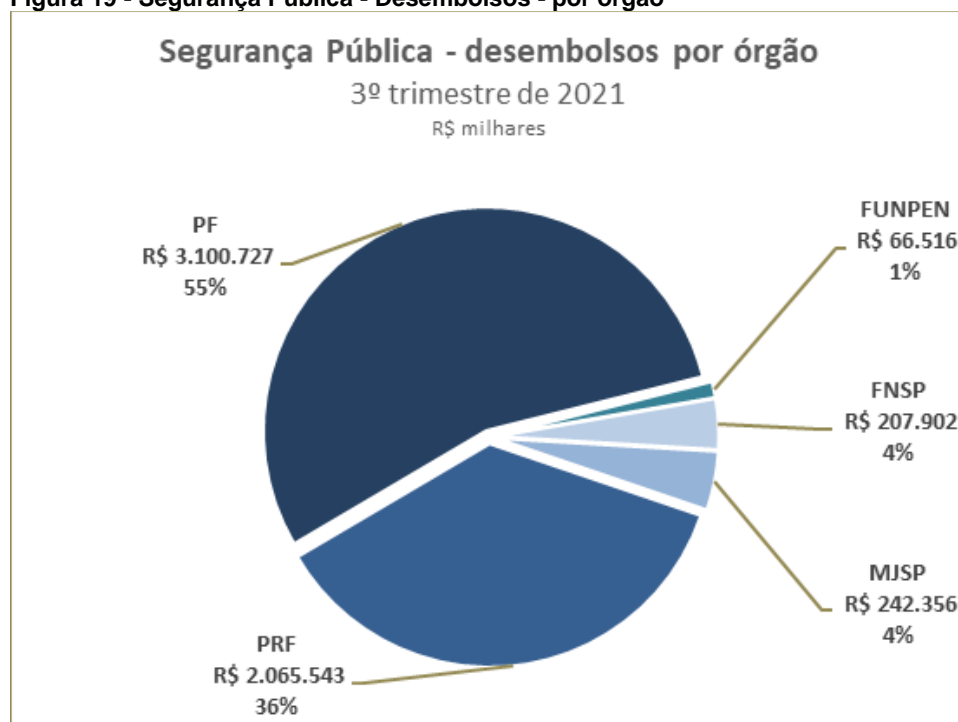
Fonte: Siafi.

Nota 20 – Segurança Pública – DFC

Os dispêndios com despesas de pessoal relacionados à Segurança Pública representaram 13,00% (R\$ 5.683.044 mil), no 3º trimestre de 2021, do total dos desembolsos apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

A PF e a PRF compreenderam, respectivamente, 54,56% (R\$ 3.100.727 mil) e 36,35% (R\$ 2.065.543 mil), somando 90,91% (R\$ 5.166.270 mil) do total dos desembolsos, conforme apresentado na “Figura 19”

Figura 19 - Segurança Pública - Desembolsos - por órgão



Fonte: Siafi.

Os subsídios, parcela única de remuneração, representaram 59,78% (R\$ 3.397.191 mil) da totalidade dos desembolsos da rubrica segurança pública, conforme “Tabela 30”.

Tabela 30 – Desembolsos – Pessoal e Demais Despesas – Segurança Pública

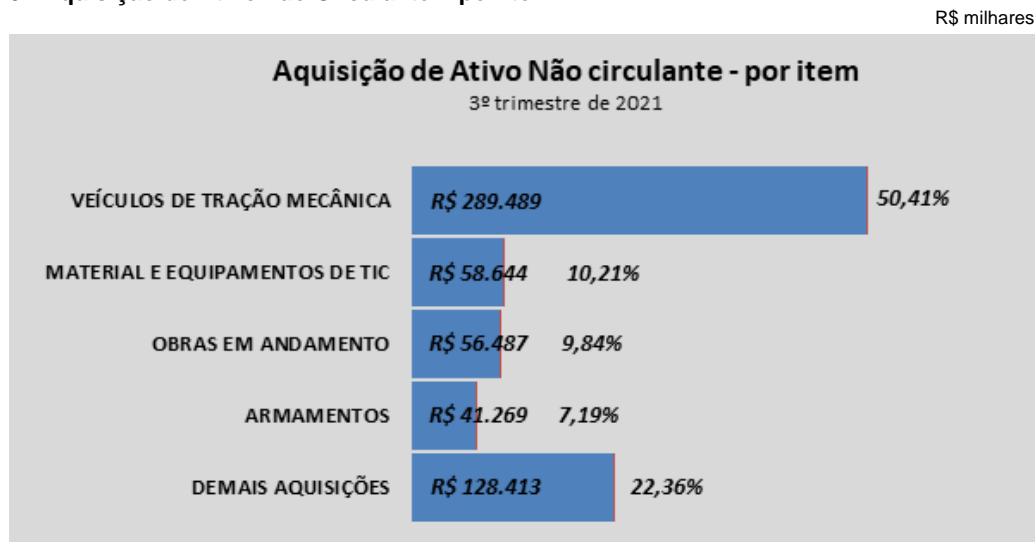
Natureza da Despesa							R\$ milhares
	PF (%)	PRF (%)	MJSP (%)	FNSP (%)	FUNPEN (%)	Total %	Total Geral R\$
Subsídios	35,53	24,24	0,00	-	-	59,78	3.397.191
Demais desembolsos	19,03	12,11	4,26	3,66	1,17	40,22	2.285.853
Total	54,56	36,35	4,26	3,66	1,17	100,00	5.683.044

Fonte: Siafi.

Nota 21 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC

As aquisições de Ativo não Circulante integraram 88,43% (R\$ 574.302 mil) dos desembolsos do total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento registradas nas DFC, em setembro de 2021. Nesse sentido, a aquisição de veículos de tração mecânica representou 50,41% (R\$ 289.489 mil) do total das aquisições, como evidenciado na “Figura 20”. Desse montante, a PF representou 55,20% (R\$ 159.812 mil) e a PRF 21,50% (R\$ 62.248 mil), ambas somaram 76,71% (R\$ 222.060 mil).

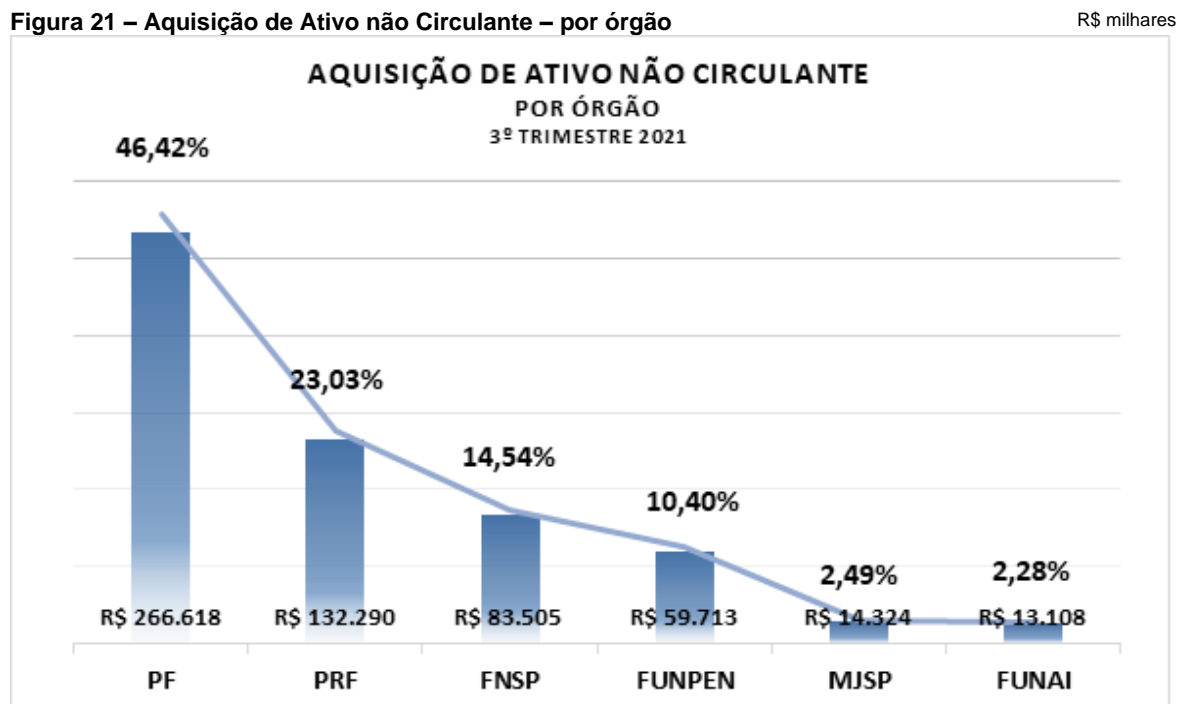
Figura 20 –Aquisição de Ativo não Circulante – por item



Fonte: Siafi.

Na “Figura 21” evidencia-se o impacto de cada órgão na rubrica Aquisição de Ativo Não Circulante. A PF obteve maior saldo até o 3º trimestre de 2021, 46,42% (R\$ 266.618 mil), sendo a aquisição de veículos de tração mecânica o item mais representativo em relação aos demais órgãos. Nesse sentido, destacou-se, também, a PRF com 23,03% (R\$ 132.290 mil). Ambos em relação aos demais órgãos e ao valor total da rubrica Aquisição de Ativo Não Circulante.

Figura 21 – Aquisição de Ativo não Circulante – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 22 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com relação aos "Ajustes de Exercícios Anteriores", correspondente a R\$ 10.925 mil do saldo final da DMPL no 3º trimestre de 2021, 725,30% (R\$ 78.475 mil) foram registrados na Coordenação-Geral de Logística e Contratos - CGL do MJSP, conforme demonstrado na "Tabela 31", sendo R\$ 72.387 mil decorrentes dos seguintes lançamentos contábeis de baixa de depreciação acumulada de bens móveis:

- Nota de Lançamento 201NL000016, de 29/01/2021, de R\$ 9.068 mil: baixa de depreciação de bens tendo em vista a transferência de saldo pelo valor bruto, relativo à descentralização de bens a cargo do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, consoante tratativas nos autos do processo 08084.000202/2018-18 CGDS/SAA/SE/MJSP.
- Nota de Lançamento 2021NL000019, de 29/01/2021, de R\$ 35.822 mil: baixa de depreciação de bens tendo em vista a transferência de saldo pelo valor bruto para a Secretaria Nacional de Segurança Pública, consoante tratativas nos autos do processo 08084.001727/2019-51 da CGDS/SAA/SE/MJSP.
- Nota de Lançamento 2021NL000022, de 29/01/2021, de R\$ 17.392 mil: baixa de depreciação tendo em vista a transferência de saldo pelo valor bruto para o Departamento Penitenciário, consoante tratativas acordadas nos autos do processo 08084.001726/2019-15 da CGDS/SAA/SE/MJSP.
- Nota de Lançamento 2021NL000022, de 29/01/2021, de R\$ 10.106 mil: baixa de depreciação tendo em vista a transferência de saldo pelo valor bruto para a Coordenação-Geral de Gestão de Documentos e Serviços Gerais - CGDS/MJSP, relativo à migração de bens do sistema ASI para o SIADS, consoante termo de baixa 2021/000084.

Destaca-se que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica e o Fundo Nacional Antidrogas não realizaram "Ajustes de Exercícios Anteriores" no exercício de 2021, conforme pode-se observar na "Tabela 31".

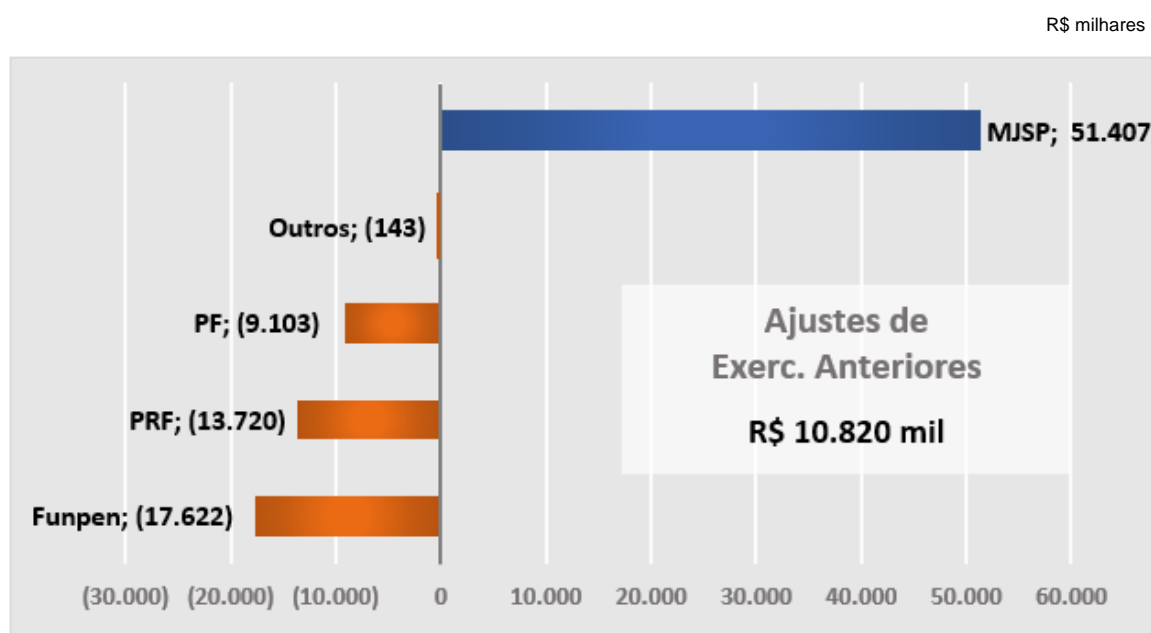
Tabela 31 – Ajustes de Exercícios Anteriores – composição por órgão e unidade gestora

Ajustes de Exercícios Anteriores	R\$ milhares	
	30/09/2021	AV %
Ministério da Justiça e Segurança Pública	51.407	475,13
Coordenação-Geral de Logística e Contratos	78.475	725,30
Demais Unidades Gestoras	(27.068)	-250,17
Fundo Penitenciário Nacional	(17.622)	-162,87
Penitenciária Federal em Brasília	(2.282)	-21,09
Penitenciária Federal em Campo Grande/ MS	(2.782)	-25,71
Penitenciária Federal em Porto Velho/ RO	(3.051)	-28,20
Penitenciária Federal em Catanduvas/ PR	(3.832)	-35,42
Penitenciária Federal em Mossoró/ RN	(4.495)	-41,55
Demais Unidades Gestoras	(1.181)	-10,91
Polícia Rodoviária Federal	(13.720)	-126,80
Departamento de Polícia Rodoviária Federal - Diretoria Geral	(13.528)	-125,03
Demais Unidades Gestoras	(191)	-1,77
Polícia Federal	(9.103)	-84,13
Coordenação Geral de Administração	(5.478)	-50,63
Superintendência Regional no Estado do MT	(954)	-8,82
Superintendência Regional no Estado de SP	(955)	-8,83
Superintendência Regional no Estado do AM	(399)	-3,69
Superintendência Regional no Estado de GO	(305)	-2,82
Superintendência Regional no Estado de MG	(209)	-1,93
Superintendência Regional no Estado de SC	(135)	-1,25
Superintendência Regional no Estado de MA	(111)	-1,03

Superintendência Regional no Estado de MS	(83)	-0,77
Superintendência Regional no Estado de TO	(78)	-0,72
Superintendência Regional no Estado do DF	(66)	-0,61
Superintendência Regional no Estado do PE	(57)	-0,53
Superintendência Regional no Estado do RS	(43)	-0,40
Superintendência Regional no Estado do RO	(39)	-0,36
Superintendência Regional no Estado do PA	(32)	-0,29
Academia Nacional de Polícia	(28)	-0,26
Superintendência Regional no Estado do PB	(22)	-0,20
Superintendência Regional no Estado do BA	(22)	-0,21
Superintendência Regional no Estado do ES	(21)	-0,19
Superintendência Regional no Estado do RJ	(17)	-0,16
Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu	(19)	-0,18
Superintendência Regional no Estado do PR	(11)	-0,10
Superintendência Regional no Estado do AC	(11)	-0,10
Demais Unidades Gestoras	(6)	-0,06
Fundo Nacional de Segurança Pública	(122)	-1,13
Fundo Nacional de Segurança Pública (unidade gestora única)	(122)	-1,13
Fundação Nacional do Índio	(21)	-0,19
Coordenação Regional do Litoral Sul/ SC	(83)	-0,77
Coordenação Regional Araguaia Tocantins/ TO	16	0,15
Coordenação Regional Baixo Tocantins/ PA	17	0,16
Coordenação Reg. Litoral Sudeste/ SP	24	0,22
Demais Unidades Gestoras	6	0,05
Total	10.820	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 22 – Ajustes de Exercícios Anteriores – composição por órgão



Fonte: Siafi.

Com referência à constituição de reserva de reavaliação de ativos, correspondente a R\$ 936 mil do saldo final da DMPL em setembro de 2021, o Ministério da Justiça e Segurança Pública representou 475,13% (R\$ 51.407 mil), o Fundo Penitenciário Nacional representou -162,87% (R\$ - 17.622 mil); a Polícia Rodoviária Federal representou -126,80% (R\$ -13.720 mil) e a Polícia Federal representou -84,13% (R\$ -9.103 mil); sendo, respectivamente, os órgãos de maior e menor impacto sobre o montante da referida rubrica contábil, conforme pode-se observar na “Tabela 32”, que detalha a composição da referida reserva por órgão e unidades gestoras mais impactantes. A “Tabela 33” qualificou a composição por conta contábil.

Tabela 32 – Constituição de Reserva de Reavaliação de Ativos – composição por órgão e unidade gestora

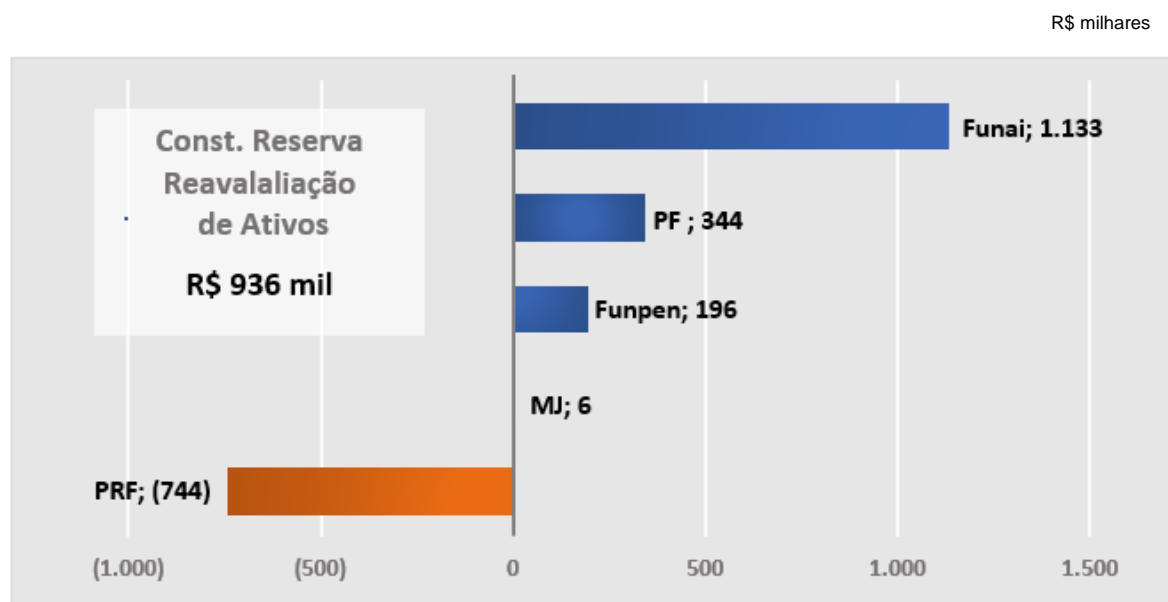
	R\$ milhares	
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos - RESULTADOS ACUMULADOS	30/09/2021	AV %
Fundação Nacional do Índio	1.133	200,95
Coordenação Regional Litoral Sudeste/ SP	982	174,22
Coordenação Regional do Baixo Tocantins/ PA	259	46,01
Coordenação Regional do Amapá e Norte do Pará/ AP	104	18,38
Coordenação Regional do Litoral Sul/ SC	(234)	-41,51
Demais Unidades Gestoras	22	3,84
Fundo Penitenciário Nacional	196	34,81
Penitenciária Federal em Catanduvas/ PR	193	34,20
Demais Unidades Gestoras	3	0,60
Polícia Federal	22	3,93
Ministério da Justiça e Segurança Pública	6	1,09
Polícia Rodoviária Federal	(794)	-140,78
Polícia Rodoviária Federal/ DF	(694)	-123,06
Superintendência Regional Pol. Rodov. Federal/ RN	(104)	-18,51
Demais Unidades Gestoras	4	0,78
Total	564	100,00
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos - DEMAIS RESERVAS	30/09/2021	AV %
Polícia Federal	322	86,64
Superintendência Regional no Estado de MS	120	32,14
Superintendência Regional no Estado de AP	85	22,75
Superintendência Regional no Estado de RJ	74	19,78
Superintendência Regional no Estado de RN	29	7,78
Superintendência Regional no Estado de MA	15	4,15
Demais Unidades Gestoras	0	0,03
Polícia Rodoviária Federal	50	13,38
Superintendência Regional da PRF de MT	50	13,38
Total	372	100,00

Fonte: Siafi.

Tabela 33 – Constituição de Reserva de Reavaliação de Ativos – composição por conta contábil

Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos - CONTA CONTÁBIL	R\$ milhares	
	30/09/2021	AV %
Veículos de Tração Mecânica	1.206	213,77
Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação/ TIC	43	7,57
Mobiliário em Geral	16	2,89
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	1,83
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	(693)	(122,86)
Demais Reservas	(18)	(3,21)
Total	564	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 23 – Constituição de Reserva de Reavaliação de Ativos – composição por órgão

Fonte: Siafi.

O resultado do exercício, de R\$ 22.905.333 mil, em setembro de 2021, representou 8,88% do saldo patrimonial líquido de 2021, sendo impactado principalmente por:

"Reavaliação de Ativos" e "Transferências Intragovernamentais Recebidas"; correspondentes, respectivamente, a 68,45% (R\$ 104.853.264 mil) e 25,81% (R\$ 39.535.872 mil), somando 94,26% (R\$ 144.389.136 mil) das variações patrimoniais aumentativas, cujos detalhamentos constam nas notas explicativas nº 12 e nº 19;

" Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas" e Transferências Intragovernamentais Concedidas"; correspondentes, respectivamente, a 63,22% (R\$ 82.357.237 mil) e 20,73% (R\$ 23.566.327 mil), somando 83,95% (R\$ 105.923.564 mil) das variações patrimoniais diminutivas, cujos detalhamentos constam nas notas explicativas nº 14 e nº 19.

O saldo restante de R\$ 235.070.175 mil, do início do exercício de 2021, foi proveniente de exercícios anteriores, não sendo objeto desta análise.